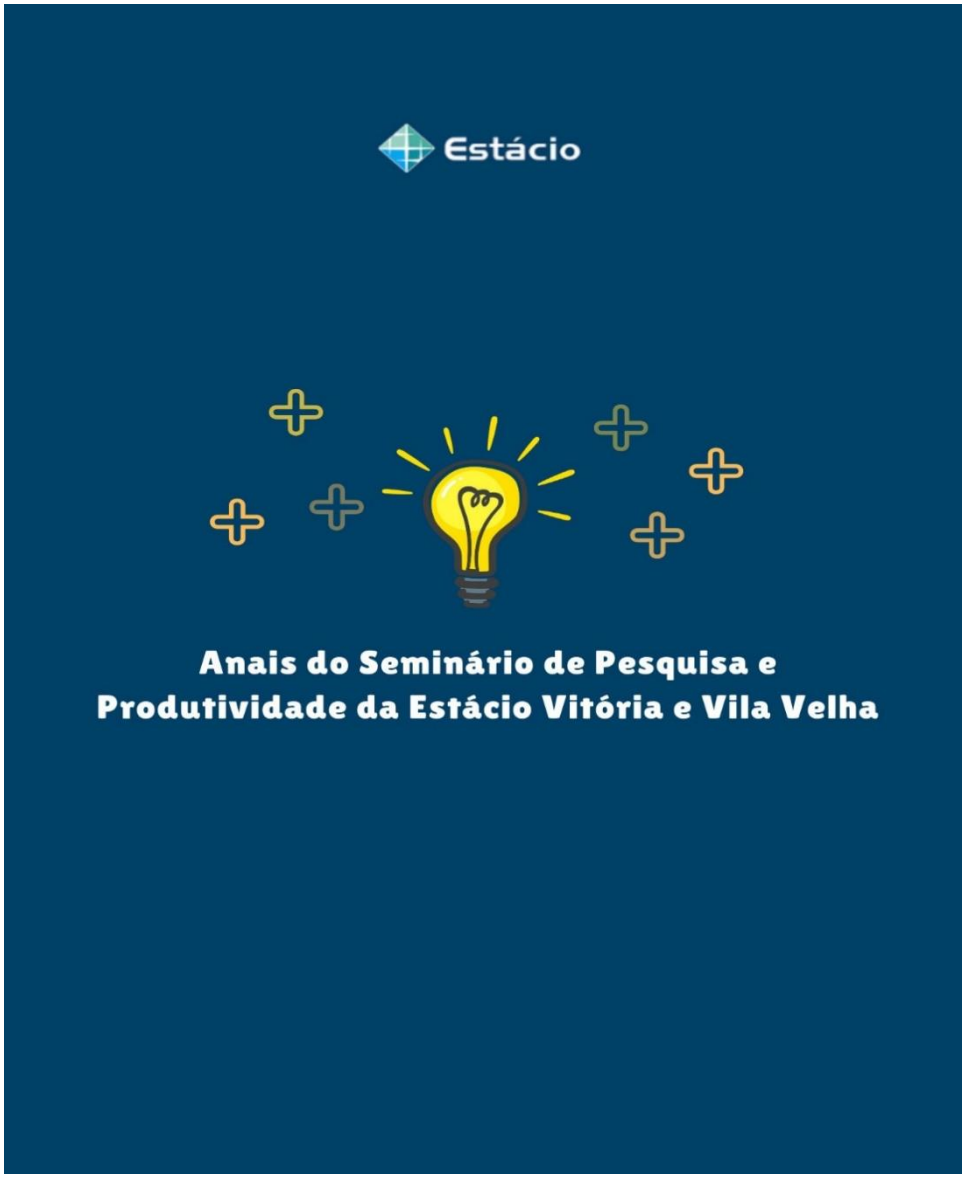


XIII SEMINÁRIO DE PESQUISA, EXTENSÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO

20 de abril a 05 de maio de 2026 – Centro Universitário Estácio de Vitória

18 a 21 de maio de 2026 – Faculdade Estácio de Sá de Vila Velha

ISSN: 2764-1775

XIII SEMINÁRIO DE PESQUISA, EXTENSÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO

Centro Universitário Estácio de Vitória
Faculdade Estácio de Sá de Vila Velha

Viver bem de verdade:

saúde, comida e sociedade

ISSN: 2764-1775

XIII Seminário de Pesquisa, Extensão e Internacionalização da Estácio Vitória e Vila Velha

Volume 2 – PSICOLOGIA SOCIAL

EDIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

Adriana Sartorio Ricco

Danúbia de Oliveira Florindo

GERÊNCIA ACADÊMICA

Natália Dettman Carvalho Pereira

COMITÊ DE ORGANIZAÇÃO

Juliene Rocha Borges Fonseca

Moysés Bolzan Lessa

Rafael Dias Valencio

Renata Motta

Samantha Irineu Andrade de Souza

Sátina Priscila Marcondes Pimenta

Saulo Cardoso Malbar da Silva

Sérgio Murilo França de Souza Filho

Vanesa Teixeira Nascimento

COMITÊ DE AVALIAÇÃO

Adriana Sartório Ricco

Aline de Souza Vasconcellos do Valle

Danúbia de Oliveira Florindo

Emanuel José Lopes Pepino

Evellyn Rodrigues Cordeiro



Jaisa Klauss

Raphael Pereira

Roberta Luksevicius Rica

COMITÊ DE DIVULGAÇÃO

Juliene Rocha Borges Fonseca

Moysés Bolzan Lessa

Rafael Dias Valencio

Samantha Irineu Andrade de Souza

Sátina Priscila Marcondes Pimenta

Saulo Cardoso Malbar da Silva

Sérgio Murilo França de Souza Filho

Vanesa Teixeira Nascimento



Volume 2 – PSICOLOGIA SOCIAL

SUMÁRIO

VÍNCULOS EM TRANSFORMAÇÃO E O DIREITO À ESCUTA: A PROXIMIDADE PARENTAL COMO ESTRATÉGIA DE CUIDADO NA ADOLESCÊNCIA 7

IDEIAS PARA ADIAR O FIM DA ESCOLA.....9

PROMOÇÃO DA AUTONOMIA E DOS DIREITOS REPRODUTIVOS DE MULHERES NA ATENÇÃO BÁSICA 13

PSICOLOGIA NA PRÁTICA ESPORTIVA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO RIO BRANCO ATLÉTICO CLUBE. 16

PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO SOBRE O FUTURO PROFISSIONAL E PREPARAÇÃO ESCOLAR.....18

PROFISSÃO EM CONSTRUÇÃO: 21

RELATOS SOBRE ESCOLHAS E TRAJETÓRIAS.....21

PARA ALÉM DOS MUROS ACADÊMICOS: SENSIBILIZAÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA VIVÊNCIA SOCIAL .25

SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE: UM OLHAR SOBRE O ESTRESSE NA ROTINA DE TRABALHO.....28

PLANO DE DESENVOLVIMENTO E ALINHAMENTO DE CARREIRA PARA PROFISSIONAIS DO COMÉRCIO VAREJISTA 30

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E OPORTUNIDADES DE CARREIRA NO TERCEIRO SETOR 33

ESPORTE COMO DIREITO SOCIAL: INCLUSÃO E RESPEITO À DIVERSIDADE 36

UMA INTERVENÇÃO COM ESTUDANTES DA EJA À LUZ DA PSICOLOGIA DO TRABALHAR.....39

ENTRE VOZES E CONTEXTOS: ESCUTA E PRÁTICA INSTITUCIONAL ENTRE ALUNOS E PROFESSORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....42

ENTRE VOZES E CONTEXTOS: ESCUTA E PRÁTICA INSTITUCIONAL ENTRE ALUNOS E PROFESSORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....45

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....48

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL COMO ESPAÇO DE AUTOCONHECIMENTO PARA ADOLESCENTES SOCIOEDUCANDOS 51

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL EM ADOLESCENTES: UMA INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO AUTOCONHECIMENTO E TOMADA DE DECISÃO .54

O CAPS COMO DISPOSITIVO ÉTICO-POLÍTICO: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DE ESTIGMAS EM SAÚDE MENTAL 57

MOBILIDADE NO TRÂNSITO: PSICOLOGIA, ÉTICA E PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO 60

ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NO TRABALHO: INTERVENÇÃO PSICOEDUCATIVA EM UMA FEIRA LIVRE.....63

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO COM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO 66

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL COMO CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA.....69

PROMOÇÃO DO VIVER BEM: AÇÕES PSICOSSOCIAIS E EDUCAÇÃO EM SAÚDE EM CONTEXTOS DE DESASTRES.....72

VÍNCULOS EM TRANSFORMAÇÃO E O DIREITO À ESCUTA: A PROXIMIDADE PARENTAL COMO ESTRATÉGIA DE CUIDADO NA ADOLESCÊNCIA

Profº Rafael Dias Valêncio
Celia Regina Júlio Molina
Luana Pereira Gonçalves
Evelyn Silva da Costa
Nathalia Ferreira Santiago
Julia Gabriely Paiva Leão
Isabela Telles
Faculdade Estácio de Sá de Vila Velha

Introdução: A adolescência é um período marcado por mudanças emocionais, sociais e comportamentais, exigindo dos pais e cuidadores maior diálogo, compreensão e abertura para a escuta. Atualmente, muitas famílias enfrentam dificuldades de comunicação entre responsáveis e adolescentes, o que pode contribuir para conflitos, afastamentos e dificuldades na convivência familiar. Nesse sentido, o presente projeto de extensão buscou promover reflexões sobre a importância da escuta ativa e do fortalecimento dos vínculos familiares, utilizando contribuições teóricas da Psicologia do Desenvolvimento e das relações familiares. O trabalho fundamentou-se, principalmente, nas contribuições de Urie Bronfenbrenner, Erik Erikson e Diana Baumrind, além do Estatuto da Criança e do Adolescente. **Objetivos:** O objetivo deste projeto foi promover o desenvolvimento de práticas de escuta ativa e comunicação entre pais e/ou cuidadores de adolescentes, visando à melhoria das relações familiares e ao fortalecimento dos vínculos afetivos. **Referencial Teórico:** O referencial teórico baseou-se na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, de Urie Bronfenbrenner (1996), que compreende o desenvolvimento humano a partir das interações entre indivíduo e contexto social. Também foram utilizadas as contribuições de Erik Erikson (1976), ao abordar a construção da identidade na adolescência, e de Diana Baumrind (1966), sobre os impactos dos estilos parentais no desenvolvimento emocional. Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente

reforça a importância da proteção integral e do fortalecimento dos vínculos familiares. **Metodologia:** O projeto foi desenvolvido por meio de um encontro online, realizado com pais e/ou cuidadores de adolescentes. A atividade teve caráter participativo, baseada na escuta, diálogo e troca de experiências sobre convivência familiar, comunicação e manejo de conflitos. Durante o encontro, as acadêmicas atuaram como mediadoras, promovendo reflexões de forma acolhedora e acessível. **Resultados e Discussão**: Durante a realização da atividade, observou-se a participação ativa dos pais e cuidadores, que compartilharam experiências relacionadas aos desafios da convivência com adolescentes. Os participantes demonstraram interesse pelas estratégias de escuta ativa e pela melhoria na comunicação familiar apresentadas durante o encontro. O espaço de diálogo possibilitou reflexões sobre práticas parentais, fortalecimento de vínculos e melhoria da comunicação familiar. Os resultados observados reforçam a importância da escuta e do acolhimento no contexto familiar, conforme discutido pelos autores utilizados no referencial teórico. **Conclusões:** Conclui-se que ações voltadas ao fortalecimento da escuta e da comunicação familiar podem contribuir para relações mais saudáveis entre pais, cuidadores e adolescentes. O projeto possibilitou reflexões importantes sobre práticas parentais e demonstrou a relevância da extensão universitária como instrumento de aproximação entre teoria acadêmica e demandas sociais.

Palavras-chave: adolescência; escuta ativa; vínculos familiares; comunicação; relações familiares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMRIND, Diana. Effects of authoritative parental control on child behavior. **Child Development**, v. 37, n. 4, p. 887-907, 1966.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artmed, 1996.

ERIKSON, Erik. **Identidade, juventude e crise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

IDEIAS PARA ADIAR O FIM DA ESCOLA

Profº Rafael Dias Valêncio
Natália B. Vieira
Bruna Évellyn Lopes
Renata Coelho
Sádila Paula Visintin de Souza
Sheila L. Tavares
Suzana Rocha Ferreira
Faculdade Estácio de Sá de Vila Velha

Tema e problema de pesquisa: O cenário global contemporâneo enfrenta uma crise civilizatória manifesta na degradação ambiental e na fragilização da solidariedade (Césaire, 2000), exigindo a reavaliação das práticas educativas sob a ótica dos Direitos Humanos (ONU, 2015). A Agenda 2030 estabelece que a educação deve transcender a técnica, visando formar sujeitos capazes de regenerar o tecido social e ecológico (UNESCO, 2017). No Brasil, desigualdades históricas impactam a qualidade de vida escolar (Santos, 2020). O projeto "Ideias para adiar o fim da escola" fundamenta-se na provocação de Ailton Krenak (2019), que propõe a resistência criativa contra a objetificação da natureza. A escola, reduzida ao treinamento técnico, corre o risco de esgotar seu sentido ético (Freire, 1996). Diante disso, emerge o problema: Como a escola pode resgatar seu papel como território de vida, afeto e sustentabilidade, onde o conhecimento se alia à preservação da existência e ao cuidado com o ambiente comum? A pesquisa investiga abordagens que permitam à escola atuar como mediadora na construção de uma responsabilidade ética, onde a sustentabilidade seja um imperativo de comunidade (Pelizzoli, 2002). **Objetivos:** O objetivo deste trabalho é de promover a saúde mental e a consciência socioambiental dos estudantes por meio de intervenções fundamentadas na psicologia ambiental e comunitária, visando a apropriação do espaço escolar como território de direitos e sustentabilidade. **Referencial Teórico:** O desenvolvimento cognitivo é mediado pela cultura e interações sociais (Vygotsky, 1991). A escola é o espaço da Zona de

Desenvolvimento Proximal (ZDP), onde o conhecimento científico encontra o saber cotidiano (Vygotsky, 1993). Integrar a questão ambiental ao currículo promove uma mediação que transforma a informação em ferramenta de intervenção social (Luria, 1990). Assim, a sustentabilidade torna-se um imperativo ético para garantir que o mundo permaneça habitável para o outro (Pelizzoli, 2002), em consonância com a ética de Levinas (1982). Na Psicologia Comunitária, o acolhimento da vulnerabilidade é o passo inicial para a responsabilidade ética perante o território (Montero, 2004). A Psicologia Ambiental postula que o ambiente é ativo na constituição do psiquismo (Moser, 2009). Isso acontece porque ambientes degradados podem induzir ao desamparo aprendido (Pol, 2003), enquanto a apropriação do espaço por práticas sustentáveis fortalece o pertencimento e a saúde mental comunitária (Pol, 2003). Adiar o fim da escola consiste em aprender a habitar o mundo de forma ética, reconhecendo a interdependência entre saúde mental, ecossistema, ética e direitos humanos (Moser, 2009). **Metodologia:** A intervenção se baseará em oficinas participativas, fundamentadas na Psicologia Ambiental e Comunitária. As atividades, inspiradas no Catálogo de Práticas em Psicologia Ambiental (Luiza Neto, 2022; Barros, 2022), incluem rodas de conversa e leitura do território escolar e seu entorno. A premissa é que esses espaços influenciam relações, bem-estar e a experiência estudantil. As oficinas abordarão percepção ambiental, pertencimento e cuidado com o território, promovendo reflexões coletivas sobre problemas socioambientais, alinhando-se à compreensão da Psicologia Ambiental de que a relação pessoa-ambiente é permeada por aspectos afetivos, sociais e simbólicos (Lima; Bomfim, 2009). O público-alvo são estudantes do nono ano do ensino fundamental do Espírito Santo. Essa escolha visa ampliar o repertório crítico de futuros profissionais técnicos, consolidando a sustentabilidade como valor ético e promovendo a agência social para a preservação da vida (Krenak, 2019). **Resultados e Discussão:** A intervenção mostrou-se bem aceita pelos participantes, que relataram mudança de perspectiva com relação ao ambiente de sua escola. Nesse processo, as ideias dos alunos emergiram como um elemento central, revelando uma nova visão sobre o ambiente em que vivem e o início do desenvolvimento de uma identidade e senso de

comunidade mais fortes. Exemplos concretos desse engajamento incluem a proposta de construção de uma horta compartilhada para drenagem de água e melhoria da alimentação, aprimoramento da separação do lixo e sugestões para obras de drenagem, demonstrando a agência social dos estudantes na preservação da vida (Krenak, 2019). É importante ressaltar que, mesmo nos casos em que soluções imediatas não foram alcançadas, a intervenção foi fundamental para desenvolver o senso crítico de sustentabilidade e a capacidade de identificar problemas ambientais e suas consequências para a saúde e a comunidade. Tal abordagem ressoa com a perspectiva da Psicologia Ambiental (Lima; Bomfim, 2009). **Conclusões:** Conclui-se que a intervenção demonstrou a capacidade de despertar nos alunos um senso crítico de sustentabilidade e a identificação de problemas ambientais. Promoveu, assim, o desenvolvimento de identidades de lugar e um engajamento ativo na construção de soluções e no fortalecimento do pertencimento comunitário.

Palavras-chave: Psicologia ambiental; psicologia comunitária; sustentabilidade; identidade; pertencimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Hellen Chrystianne Lucio. Reflexões em rodas de conversa com adolescentes sobre mudanças climáticas Catálogo de práticas em psicologia ambiental. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Catálogo de práticas em psicologia ambiental.** Brasília: CFP, 2022. p. 196-200.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 1982.
LIMA, Deyseane Maria Araújo; BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. Vinculação afetiva pessoa-ambiente: diálogos na psicologia comunitária e psicologia ambiental. **Psico**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 491-497, out./dez. 2009.

LUIZA NETO, Ingrid. O que tem nos arredores da escola? Catálogo de práticas em psicologia ambiental. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Catálogo de práticas em psicologia ambiental**. Brasília: CFP, 2022. p. 191-194.

LURIA, Alexander. **Speech and development**. New York: M. E. Sharpe, 1990.

MONTERO, Maritza. **Introducción a la psicología comunitaria:** desarrollo, conceptos y procesos. Buenos Aires: Paidós, 2004.

MOSER, Gabriel. **Psychologie environnementale**. Paris: De Boeck, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo:** a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Nova York: ONU, 2015.

PELIZZOLI, *Marcelo***. Paradigma ecológico.** Petrópolis: Vozes, 2002.

POL, Enric. **Psicología ambiental:** la sostenibilidad como calidad de vida. Barcelona: Paidós, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2020.

UNESCO. **Educação para os objetivos de desenvolvimento sustentável**: objetivos de aprendizagem. Paris: UNESCO, 2017.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, Lev. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

PROMOÇÃO DA AUTONOMIA E DOS DIREITOS REPRODUTIVOS DE MULHERES NA ATENÇÃO BÁSICA

Profº Rafael Dias Valêncio
Terezinha Rosa de Souza
Idecir Firmino da Silva Baldrae
Poliana de Oliveira Carvalho Eller
Marlene Silva Alves
Rayany Souza Florentino de Brito
Faculdade Estácio de Sá de Vila Velha

Introdução: Os direitos sexuais e reprodutivos constituem dimensão fundamental da saúde, da cidadania e da dignidade humana, estando diretamente relacionados à autonomia das mulheres sobre seus corpos e suas escolhas. No entanto, embora assegurados por marcos legais, como a Lei nº 9.263/1996 (Brasil, 1996), esses direitos ainda são vivenciados de forma desigual, especialmente por mulheres em contextos de vulnerabilidade social. Tais desigualdades são atravessadas por fatores históricos, culturais e de gênero que incidem diretamente sobre o acesso à informação, aos serviços de saúde e às possibilidades concretas de decisão. Nesse contexto, a atenção básica em saúde configura-se como espaço estratégico para o desenvolvimento de ações que promovam reflexão crítica, fortalecimento da autonomia e construção coletiva de saberes. **Objetivo:** Promover a reflexão crítica sobre direitos reprodutivos e autonomia corporal, fortalecendo o protagonismo das mulheres na relação com seus corpos, suas experiências e suas escolhas. **Referencial Teórico:** A intervenção fundamenta-se em uma perspectiva crítica que articula Psicologia Comunitária, educação popular e direitos humanos. Parte-se da compreensão de que os discursos sobre sexualidade e reprodução operam como dispositivos de poder que regulam os corpos e produzem subjetividades (Foucault, 2004). No contexto brasileiro, esses processos são atravessados por desigualdades de raça, gênero e classe, que limitam o acesso efetivo aos direitos e configuram a autonomia como experiência situada (Carneiro, 2011). Nessa direção, Gonzalez (1988) evidencia a articulação entre racismo e sexismo na produção das

desigualdades, enquanto hooks (2019) destaca que a autonomia depende de condições materiais, simbólicas e afetivas. A Psicologia Comunitária enfatiza a importância de espaços coletivos de escuta e construção de sentidos (Sarriera; Saforcada, 2010), em diálogo com Freire (1987), que compreende a educação como prática de liberdade, baseada no diálogo e na construção compartilhada do conhecimento. **Método:** A intervenção foi realizada com mulheres de diferentes faixas etárias (jovens, adultas e idosas), participantes de um grupo de convivência da Unidade de Saúde da Família de Vila Nova, localizada no município de Vila Velha/ES. A atividade ocorreu no dia 01 de maio de 2026, em espaço coletivo da unidade, organizado em formato circular, favorecendo a interação e o diálogo. A proposta metodológica foi estruturada em dois momentos principais: inicialmente, uma roda de conversa mediada por perguntas disparadoras relacionadas à maternidade, ao corpo e aos direitos reprodutivos; posteriormente, foi realizada uma oficina de escrita, na qual as participantes foram convidadas a produzir textos poéticos sobre como se percebiam no passado e como se percebem no presente, considerando suas experiências e o reconhecimento de seus direitos. Foram utilizados materiais de baixo custo, como papéis e canetas, priorizando uma abordagem acessível, participativa e centrada na escuta ativa e no acolhimento das narrativas das participantes. **Resultados e Discussão:** A roda de conversa foi marcada por intensa participação e compartilhamento de experiências. As participantes trouxeram relatos sobre suas vivências com a maternidade, seus corpos e suas trajetórias, evidenciando tanto situações de sofrimento quanto processos de resistência e ressignificação. Observou-se que muitas experiências relacionadas à vida reprodutiva foram atravessadas por limitações no acesso à informação, pressões sociais e desigualdades nas relações de poder, corroborando a compreensão de que a autonomia é uma construção situada (Carneiro, 2011; Hooks, 2019). A oficina de escrita revelou-se um dispositivo potente de elaboração subjetiva, permitindo que as participantes ressignificassem suas experiências por meio da linguagem. Ao escreverem sobre si mesmas, produziram deslocamentos na forma de se perceber, fortalecendo sua autonomia e sua relação com o corpo e seus direitos. A interação grupal favoreceu a construção de vínculos, a

circulação da palavra e o reconhecimento coletivo das experiências, funcionando como espaço de apoio e produção de sentido, conforme apontado pela Psicologia Comunitária (Sarriera; Saforcada, 2010). **Conclusões:** Conclui-se que a roda de conversa, articulada à oficina de escrita, constitui um dispositivo relevante para a promoção da autonomia e dos direitos reprodutivos, ao possibilitar a construção coletiva de saberes e a ressignificação das experiências das mulheres. A intervenção evidencia que espaços grupais de escuta e diálogo são fundamentais para o fortalecimento da consciência crítica e do protagonismo feminino, contribuindo para a ampliação das possibilidades de escolha e para o exercício efetivo dos direitos.

Palavras-chave: Psicologia Comunitária. Direitos Reprodutivos. Autonomia. Mulheres. Atenção Básica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996**. Regula o planejamento familiar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm. Acesso em: 06 abr. 2026.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: _____. **Ética, sexualidade, política.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da et al. (org.). **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos.** Brasília: ANPOCS, 1988.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

SARRIERA, Jorge Castellá; SAFORCADA, Enrique Teófilo (org.). **Introdução à psicologia comunitária:** bases teóricas e metodológicas. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PSICOLOGIA NA PRÁTICA ESPORTIVA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO RIO BRANCO ATLÉTICO CLUBE.

Profª Sátina Priscila Marcondes Pimenta

Caroline C. C do Santos

Davi Ferreira Moscon

Luciano Cruz

Marilda Monteiro

Centro Universitário Estácio de Vitória

Introdução: Trabalhar com categorias de base exige compreender que o atleta adolescente está em transição e busca identidade. A falta de motivação ou o descumprimento de normas muitas vezes refletem essa busca por autonomia. Nesse contexto, gestores e instrutores devem não apenas aplicar regras, mas desenvolver estratégias pedagógicas e relacionais que estimulem o pertencimento do atleta, assumindo liderança que transforme a obrigação do treino em propósito pessoal. A instituição em análise é o elenco Sub-20 do Rio Branco AC, composto por mais de 100 atletas do sexo masculino, com idades entre 15 e 20 anos. Os jovens têm origens diversas; vêm de vários estados do Brasil e alguns residem no alojamento do clube. O ingresso ocorre por indicação. **Objetivo:** Objetivo Geral: Analisar a importância da Psicologia do Esporte na motivação e permanência de adolescentes nas categorias de base do futebol, compreendendo os fatores emocionais, sociais e comportamentais que influenciam o desenvolvimento esportivo. **Referencial Teórico:** A teoria de Maslow e os estudos de Regato (2008) mostram que a alta motivação gera um clima organizacional saudável e colaborativo. Segundo a Teoria da Autodeterminação (Deci e Ryan), a motivação do atleta cresce com autonomia, competência e vínculo social, alinhando-se às diretrizes do CREPOP, que defendem o cuidado com a saúde mental e a visão integral do sujeito além da performance física. Para a prática, a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) atua na modificação de pensamentos disfuncionais, auxiliando no controle da ansiedade, estresse e autoconfiança. Por fim, a Teoria

Sócio-Histórica de Vygotsky (2007) reforça que o desenvolvimento e a motivação do adolescente são moldados pelas interações sociais e culturais no ambiente esportivo. **Metodologia:** A intervenção foi realizada com 30 atletas do clube de futebol, divididos em duas turmas de 15 integrantes, com duração de 20 min. por sessão. A ação foi conduzida por quatro facilitadores em formato de roda de conversa. A dinâmica aplicada compreendeu a construção de uma linha do tempo profissional, plano de carreira e uma reflexão final sobre os objetivos profissionais dos jovens. As estratégias adotadas buscaram promover o acolhimento, o autoconhecimento e atuação no esporte por meio da Psicologia. **Conclusão:** A consolidação deste projeto de extensão superou desafios de recursos e agendas através da sinergia da equipe. A imersão prática no Rio Branco Atlético Clube gerou reflexões sobre a subjetividade, carências estruturais. Como resultado, viabilizaram um convênio direto com a clínica-escola da Universidade Estácio para apoio psicopedagógico. Assim, a transição da teoria para a prática validou a extensão universitária.

Palavras-chave: motivação; comportamento e comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em políticas públicas de esporte**. Brasília: CFP, 2023. 86 p.

OLIVEIRA, L. G. **A terapia cognitivo-comportamental no futebol**: contribuições da psicologia do esporte para o manejo do estresse dos atletas. 2026. TCC (Graduação em Psicologia) – PUC Minas, Belo Horizonte, 2026.

RIBEIRO, J. A.; SILVA, C. A.; SILVA, J. S. **Psicologia do Esporte**: Importância da Psicologia Clínica do Esporte para atletas profissionais de futebol de campo. Belo Horizonte: Repositório Institucional Ânima, 2026. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/. Acesso em: 23 maio 2026.

PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO SOBRE O FUTURO PROFISSIONAL E PREPARAÇÃO ESCOLAR

Profª Lígia Caroline Pereira Pimenta
Daniely Gularte
Raysa Campos
Wesley Litig
Yhasmin Gomes
Centro Universitário Estácio de Vitória

Introdução: O presente trabalho aborda as percepções de estudantes do ensino médio acerca da preparação escolar e das expectativas em relação ao futuro profissional, inserindo-se no contexto da educação básica brasileira e considerando a importância da escola na construção de projetos de vida e na orientação para o mundo do trabalho e continuidade dos estudos, uma vez que, no cenário atual, observa-se que muitas instituições de ensino ainda priorizam a reprodução de conteúdos e a preparação para avaliações, o que pode gerar distanciamento entre a formação escolar e as demandas reais da vida profissional, caracterizando um modelo educacional criticado por Paulo Freire (1987), nesse sentido, o problema de pesquisa consiste em compreender como estudantes de diferentes contextos escolares percebem sua formação e suas perspectivas de futuro; **Objetivos:** o objetivo deste estudo é analisar as percepções de alunos do 2º e 3º ano do ensino médio, de escolas pública e privada, sobre a preparação oferecida pela escola para o mercado de trabalho e para o ensino superior, bem como suas expectativas em relação à escolha profissional; **Referencial Teórico:** o referencial teórico baseia-se em discussões sobre formação integral e orientação profissional, considerando o papel social da escola na formação dos indivíduos quando discutido por Dermeval Saviani (2008), além de críticas aos modelos educacionais tradicionais que priorizam o desempenho em avaliações em detrimento do desenvolvimento de habilidades práticas, autonomia e pensamento crítico, conforme aponta José Carlos Libâneo (2013); **Metodologia:** a metodologia adotada consistiu na realização de rodas de conversa com estudantes

de uma escola pública e de uma escola privada, envolvendo perguntas abertas sobre expectativas de futuro, escolhas profissionais e percepções sobre a escola, promovendo a participação ativa dos alunos, posteriormente foi proposta uma atividade reflexiva para que os estudantes analisassem seus interesses, habilidades e possíveis caminhos profissionais; **Resultados e Discussão:** os resultados demonstram que, na escola pública, muitos estudantes apresentam desconhecimento sobre formas de ingresso no ensino superior, como ENEM, vestibulares e programas de bolsas, além de evidenciarem insegurança quanto à escolha profissional, já na escola privada, observou-se maior conhecimento sobre esses caminhos, embora também haja indecisão sobre o futuro, essa diferença pode ser relacionada às condições estruturais entre as instituições, uma vez que a escola privada tende a oferecer maior acesso a informações, recursos pedagógicos e acompanhamento mais direcionado aos processos seletivos, enquanto a escola pública enfrenta limitações que impactam diretamente na orientação dos estudantes, em ambos os contextos, os alunos apontaram que a escola frequentemente se apresenta como um ambiente voltado à reprodução de conteúdos, sendo associada a uma lógica mecanizada, também foram relatadas críticas à falta de preparo para o mundo real, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de habilidades práticas e socioemocionais, a discussão evidencia uma lacuna entre a formação escolar e as expectativas dos estudantes, indicando a necessidade de maior investimento em orientação profissional e práticas pedagógicas mais conectadas à realidade dos alunos; **Conclusões:** conclui-se que há uma carência significativa de orientação profissional, além de insegurança e indecisão por parte dos estudantes em relação ao futuro, a escola é percebida como pouco conectada à realidade profissional, o que reforça a importância de intervenções que promovam reflexão, autoconhecimento e ampliação das possibilidades de trajetória, além disso, as diferenças estruturais entre escola pública e privada mostram-se relevantes para compreender as desigualdades no acesso à informação e às oportunidades, reforçando a necessidade de políticas educacionais que reduzam essas disparidades, a atividade realizada mostrou-se

relevante ao proporcionar um espaço de escuta e construção de sentido para os estudantes

Palavras-chave: orientação profissional; ensino médio; projeto de vida; educação; mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

PROFISSÃO EM CONSTRUÇÃO:
RELATOS SOBRE ESCOLHAS E TRAJETÓRIAS

Profª Lígia Caroline Pereira Pimenta

Dayana Rodrigues

Lucineia Barbosa

Karen Pereira

Centro Universitário Estácio de Vitória

Introdução: O presente trabalho foi desenvolvido a partir da proposta da disciplina de Orientação Profissional, ministrada pela docente Ligia Pimenta, no curso de Psicologia da Faculdade Estácio de Sá. Após reuniões e discussões entre as discentes, elaborou-se este estudo com base nos conteúdos abordados em sala de aula. Para a realização da atividade, foi selecionada a Clínica Paula Bullerjhann como campo de investigação, a qual prontamente se dispôs a colaborar com a execução da proposta. Optou-se pela realização de entrevistas com os profissionais da instituição, contendo perguntas direcionadas ao tema da orientação profissional. O estudo tem como finalidade a coleta de informações que possam contribuir para a reflexão de indivíduos em processo de escolha profissional. Ressalta-se que a orientação profissional ultrapassa o momento da escolha inicial da carreira, abrangendo também aspectos como transição de carreira, desenvolvimento profissional e aprimoramento da atuação em diferentes contextos organizacionais. **Objetivos:** O presente estudo tem como objetivo compreender, a partir das narrativas de profissionais inseridos no mercado de trabalho, recém-formados e estagiários em formação acadêmica, como se desenvolve o processo de orientação profissional ao longo de suas trajetórias. Busca-se, ainda, explorar aspectos como a influência familiar nas escolhas profissionais, os principais medos e inseguranças enfrentados, as perspectivas de futuro e as transições vivenciadas durante a formação e a carreira. Para isso, serão utilizadas as seguintes questões norteadoras: Você recebeu orientação profissional durante sua formação? De que forma ela influenciou sua inserção no mercado de trabalho? Quais influências familiares impactaram sua escolha profissional? Quais

foram os principais medos ou inseguranças no início da carreira? O que o seu trabalho representa para você, tanto pessoal quanto profissionalmente? Qual foi o maior desafio enfrentado em sua trajetória profissional? O que você considera mais gratificante em sua atuação? Você acredita que sua profissão é reconhecida e valorizada pela sociedade? Por quê? Como ocorre a troca de experiências entre os profissionais (mentoria, feedback, entre outros)? Como são realizados os feedbacks e os ajustes de demandas no cotidiano de trabalho? Quais foram as principais mudanças e transições ao longo de sua carreira? Que conselho você daria a estagiários ou recém-iniciantes na área? **Referencial Teórico:** A orientação profissional tem sido amplamente discutida ao longo da história, sendo fundamentada por diferentes abordagens teóricas. De acordo com a perspectiva clássica de Parsons (1909), considerado pioneiro na área, a escolha profissional deve basear-se na relação entre três fatores principais: o autoconhecimento, o conhecimento das profissões e a capacidade de tomada de decisão consciente. Complementarmente, a Teoria do Desenvolvimento de Carreira de Super (1957) compreende a carreira como um processo contínuo ao longo da vida, no qual as escolhas profissionais estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento do autoconceito. Nesse sentido, a trajetória profissional é dinâmica e sujeita a constantes mudanças e adaptações. A Teoria Tipológica de Holland (1997) propõe que os indivíduos tendem a se identificar com determinados tipos de personalidade — Realista, Investigativo, Artístico, Social, Empreendedor e Convencional —, sendo a satisfação profissional resultante da congruência entre o perfil do indivíduo e o ambiente de trabalho. Adicionalmente, abordagens contemporâneas, como a Teoria da Construção da Carreira, de Savickas (2013), enfatizam o papel ativo do indivíduo na construção de sua trajetória profissional, considerando suas experiências, valores e contextos sociais. Dessa forma, compreende-se que a escolha profissional não se configura como um evento isolado, mas como um processo complexo, contínuo e multifatorial, no qual a orientação profissional desempenha papel fundamental ao promover escolhas mais conscientes e auxiliar em momentos de transição ao longo da vida**. Metodologia:** O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com foco

na compreensão das experiências e percepções de profissionais acerca da orientação profissional ao longo de suas trajetórias. A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, elaboradas a partir de questões previamente definidas, permitindo, contudo, a livre expressão dos participantes. As entrevistas serão aplicadas a profissionais da Clínica Paula Bullerjhann, incluindo trabalhadores já inseridos no mercado, recém-formados e estagiários em formação acadêmica. A seleção dos participantes ocorrerá de forma intencional, considerando a diversidade de experiências e estágios de carreira, com o objetivo de contemplar diferentes perspectivas sobre o tema. Serão abordados aspectos como influência familiar, inseguranças iniciais, desafios enfrentados, significado do trabalho, trocas de experiências e mudanças ao longo da trajetória profissional**. Resultados e Discussão:** Os resultados e a discussão ainda não foram desenvolvidos, uma vez que a pesquisa se encontra em fase de execução. Após a realização das entrevistas, espera-se obter dados relevantes que possibilitem identificar diferentes percepções acerca do processo de orientação profissional e sua importância ao longo da trajetória dos participantes. **Conclusões:** Espera-se que este estudo possibilite a compreensão da orientação profissional como um processo contínuo, que ultrapassa a escolha inicial da carreira. Evidencia-se seu papel essencial na construção das trajetórias profissionais, contribuindo tanto para a tomada de decisão quanto para as transições e o desenvolvimento ao longo da vida. Destaca-se, ainda, a importância de ampliar o acesso à orientação profissional, a fim de possibilitar que mais indivíduos realizem escolhas conscientes e se sintam mais seguros em seus percursos profissionais.

Palavras-chave: Orientação profissional; escolha de carreira; desenvolvimeto profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOHOSLAVSKY, Rodolfo. **Orientação Vocacional**: A Estratégia Clínica. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

HOLLAND, John L. **Making Vocational Choices**: A Theory of Vocational Personalities and Work Environments. 3. ed. Odessa: Psychological Assessment Resources, 1997.

NEIVA, Katia Cristina M. Orientação Profissional: Teoria e Técnica. São Paulo: Vetor, 2013.

PARSONS, Frank. **Choosing a Vocation**. Boston: Houghton Mifflin, 1909.

SAVICKAS, Mark L. Career Construction Theory and Practice. In: BROWN, Steven D.; LENT, Robert W. (org.). **Career Development and Counseling:** Putting Theory and Research to Work. 2. ed. Hoboken: Wiley, 2013.

SUPER, Donald E. **The Psychology of Careers**. New York: Harper & Row, 1957.

PARA ALÉM DOS MUROS ACADÊMICOS: SENSIBILIZAÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA VIVÊNCIA SOCIAL

Profª Lígia Caroline Pereira Pimenta
Lérlia Monteiro de Souza Chagas Nobre
Joanita Silva Oliveira
Maria Eduarda Silva Vomoca
Juliana Cerqueira Siqueira
Manuella Rodrigues de Souza
Centro Universitário Estácio de Vitória

Introdução: A violência contra a mulher configura-se como um fenômeno social complexo, enraizado em desigualdades de gênero e reconhecido como problema de saúde pública e direitos humanos. No âmbito da psicologia, envolve a articulação de fatores individuais, relacionais e socioculturais, manifestando-se em diferentes formas — física, psicológica, sexual, moral e patrimonial — frequentemente associadas a relações de poder e ciclos de violência (lei Maria da Penha; organização mundial da saúde). A pesquisa foi desenvolvida no Terminal Rodoviário Governador Carvalho Pinto (Carapina) e no Terminal Rodoviário de Laranjeiras, ambos localizados no município da Serra (ES). O trabalho baseou-se na Psicologia Social Crítica e na perspectiva do Construcionismo Social, compreendendo que a subjetividade feminina é atravessada por discursos hegemônicos que historicamente, legitimam a opressão. **Objetivos:** O projeto teve como objetivo geral sensibilizar a população sobre o ciclo da violência de gênero, fornecendo informativos que auxiliam na identificação de abusos e no fortalecimento do protagonismo social frente à rede de proteção à mulher. **Referencial teórico:** Abordamos o pressuposto de Camino (2001) que compreende o comportamento humano como uma natureza psicopolítica, nessa perspectiva, as ações individuais e a aceitação da violência não são isoladas, mas atravessadas por relações de poder e pela inserção dos sujeitos em grupos sociais. No que se refere a violência contra a mulher, Saffioti (2004) aponta que tal fenômeno está enraizado nas

estruturas de desigualdade de gênero, sustentadas por relações de dominação historicamente construídas. Chauí (1985) entende violência como a negação do outro enquanto sujeito, evidenciando seu caráter estrutural nas relações humanas. Baró (2017) argumentava que a violência não é um fenômeno isolado, mas construído socialmente através da dominação, especialmente em contextos de desigualdade. Ele identificou o machismo como um mecanismo de dominação sexual e de gênero, onde o homem usa a violência para reafirmar sua superioridade. Onde, a psicologia deve revelar a violência como opressão social, dando voz aos marginalizados e expondo o trauma da dominação. **Metodologia:** Os ambientes públicos foram escolhidos para a intervenção devido à alta rotatividade e à diversidade de pessoas. O procedimento consistiu em diálogos informativos adaptados à dinâmica acelerada do local, focando na conscientização e na apresentação da rede de apoio. A comunicação foi mediada por materiais impressos (folhetos/*banner*) com linguagem dialógica e acessível, para assegurar a clareza das informações e otimizar a recepção da temática pelo público. Para garantir o alcance da informação, implementou-se o uso de *QR Codes*, permitindo o acesso ao conteúdo técnico após a abordagem. **Resultados e Discussão:** A escolha estratégica dos locais de alta rotatividade potencializou a visibilidade da temática, permitindo o contato com uma amostra populacional diversificada que em sua maioria, demonstrou abertura receptiva, ainda que as interações tenham sido atravessadas pela dinâmica de pressa característica dos terminais. Observou-se que a configuração do local e o fluxo acelerado atuaram como mediadores da comunicação, estabelecendo um desafio à profundidade dos diálogos, mas não impedindo a eficácia da sensibilização, consolidando uma intervenção de amplo impacto na percepção social. **Conclusões:** A intervenção demonstrou ser uma estratégia eficaz para a democratização do conhecimento psicológico e o enfrentamento da violência de gênero. A experiência ratificou que a desnaturalização de práticas abusivas ocorre na medida em que a informação rompe as barreiras acadêmicas e se insere no cotidiano da população. O projeto buscou democratizar o acesso à informação sobre os tipos de violências, bem como apontar as redes de apoio locais, transformando o espaço público em um território de acolhimento e

conscientização.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Psicologia Social; Enfrentamento da Violência; Proteção à mulher; Saúde Pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMINO, Leoncio. Psicologia Social e Direitos Humanos: a psicologia diante da exclusão e do preconceito. **Psicologia & Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 121-139, 2001.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; HEILBORN, Maria Luiza (org.). **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

MARTÍN-BARÓ, Ignácio. **Psicologia da libertação**: leituras críticas e perspectivas. Organização de Geraldo José de Paiva. São Paulo: Loyola, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE: UM OLHAR SOBRE O ESTRESSE NA ROTINA DE TRABALHO

Profº Alcy Leal Aranha
Ana Beatriz Santos Peixoto
Gisele Santos de Jesus
Mariana Menezes Monteiro
Miguel Barcelos Sossai
Nicoli Rebeca Pandolfi
Centro Universitário Estácio de Vitória

Introdução: A saúde mental de um indivíduo é um estado de bem-estar mental, que permite a pessoa lidar com o estresse, realizar suas funções, trabalhar e contribuir para sua comunidade de forma benéfica, sendo um direito humano básico, segundo a Organização Mundial da Saúde (2025). Os transtornos mentais comuns (TMCs), são transtornos não psicóticos, que incluem sintomas de depressão, sintomas de ansiedade, irritabilidade, insônia, e sintomas somáticos, que acabam prejudicando a capacidade funcional da pessoa, com prevalência de 30% no Brasil em 2022 (Oliveira et al., 2023). **Objetivos**: Elaborar um folder de orientação visual para profissionais de saúde sobre a identificação e manejo do estresse relacionado ao trabalho, aplicando-o como orientação em saúde para uma equipe profissional de enfermagem. **Referencial Teórico**: A ansiedade é um dos transtornos mentais mais comuns do mundo, afetando 359 milhões de pessoas em 2021. Ela pode ser mais frequente em pessoas com transtorno de ansiedade, que apresentam sintomas recorrentes como dificuldade de concentração, irritação, náuseas, taquicardia, sudorese, transtornos no sono e pânico, que podem trazer muito sofrimento se não forem tratados, perdurando por longos períodos (OMS, 2025). Os profissionais de saúde, assim como outros profissionais, tem sua vida entre vida pessoal, lazer, trabalho, família entre outras demandas de escolha de cada um. Cada uma dessas demandas tem um peso em nossa saúde mental, aliás a junção de todas elas formam isso. Quem cuida de

pessoas, tem um papel importante na sociedade, mas quem está cuidando desse profissional diariamente? Como está hoje a saúde mental de nossos enfermeiros, técnicos e toda equipe de saúde? **Metodologia**: Será realizada uma revisão de literatura em fontes informativas e de pesquisa científica. Embasado pela pesquisa, será realizada a construção de uma tecnologia de orientação em saúde no formato de folder de orientação. As orientações compostas no folder irão focar na identificação do estresse no trabalho, e as formas de manejar esse estresse por meio do relaxamento e organização do trabalho. Após a elaboração, o folder será aplicado a uma equipe de saúde. **Resultados e Discussão**: A ação para os profissionais de saúde serão realizadas no mês de maio de 2025 a uma equipe de saúde hospitalar em um hospital da grande Vitória. **Conclusões:** O projeto visa aplicar técnicas de relaxamento para profissionais de saúde, promover uma discussão sobre saúde mental e suas possíveis causas no ambiente de trabalho/ vida pessoal que estão interligados em cada pessoa. Com isso, pretende-se contribuir para os profissionais abordados, com técnicas de manejo do estresse, organizadas e validadas cientificamente.

Palavras-chave: saúde mental; ansiedade; educação em saúde;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OLIVEIRA, Fabrício Emanuel Soares de et al. Transtornos mentais comuns em profissionais de saúde da Atenção Primária à Saúde na macrorregião Norte de Minas Gerais durante a pandemia de COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 32, n. 1, e2022432, 2023. Disponível em: SciELO artigo completo. Acesso em: 28 abr. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Anxiety disorders.** Genebra: WHO, 2023. Disponível em: <*https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/anxiety-disorders*>. Acesso em: 02 maio 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Depression.** Genebra: WHO, 2023. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/depression. Acesso em: 02 maio 2026.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO E ALINHAMENTO DE CARREIRA PARA PROFISSIONAIS DO COMÉRCIO VAREJISTA

Profª Lígia Caroline Pereira Pimenta
Elisabete Elen de Souza Marques
Iara Viana da Costa de Oliveira
Joelma de Barbi Bisi de Mendonça
Jôze dos Reis Tófoli
Rachel Maria Stein Silvatece 6
Telma Regiany Leal de Jesus
Centro Universitário Estácio de Vitória

Introdução: O Plano de Desenvolvimento de Carreira (PDC) é uma ferramenta estratégica que auxilia o colaborador a refletir sobre sua trajetória, identificar competências e definir metas profissionais. Segundo Joel Souza Dutra (2017), a gestão de carreira é uma responsabilidade compartilhada entre indivíduo e organização. Nesse contexto, graduandas em Psicologia da Faculdade Estácio de Sá de Vitória, por meio da disciplina de Orientação Profissional, desenvolveram uma proposta de intervenção voltada ao estímulo da reflexão sobre carreira e desenvolvimento profissional. **Objetivo**: Promover a reflexão sobre carreira e desenvolvimento profissional entre colaboradores de um centro de distribuição, estimulando o autoconhecimento e a elaboração de um plano de ação. **Referencial Teórico**: A gestão de carreira contemporânea demanda maior protagonismo dos indivíduos e alinhamento com as estratégias organizacionais. Nesse sentido, o PDC contribui para o direcionamento profissional e o desenvolvimento contínuo. Para Dutra (2017), a carreira deve ser conduzida de forma compartilhada, com foco no desenvolvimento de competências e resultados. Na perspectiva desenvolvimentista, Super (1990) compreende a carreira como um processo contínuo, relacionado ao autoconceito. Além disso, Savickas (2013) propõe que a carreira é construída a partir das experiências e significados atribuídos pelo indivíduo, destacando a adaptabilidade frente às mudanças do mundo do trabalho. Assim, o PDC favorece o

autoconhecimento, o planejamento e o protagonismo na construção da carreira. **Método**: Utilizou-se a ferramenta “bússola de carreira”, com o objetivo de promover o autoconhecimento e a reflexão sobre trajetória e direcionamento profissional. A intervenção ocorreu por meio de entrevista estruturada, abordando valores, interesses, habilidades e propósito, organizadas de forma visual. Os participantes foram conduzidos por questões orientadoras que possibilitaram a identificação de aspectos pessoais e profissionais, bem como a análise do alinhamento entre essas dimensões e a realidade de trabalho. Ao final, buscou-se ampliar a compreensão dos objetivos de carreira e subsidiar a definição de ações de desenvolvimento, como definição de metas, aprimoramento de competências e planejamento profissional. **Resultados e discussões**: Participaram da intervenção seis colaboradores do operacional. A aplicação da bússola de carreira evidenciou dificuldades na definição de objetivos profissionais e no reconhecimento de estratégias de desenvolvimento, identificado através de algumas falas dos colaboradores. Os resultados corroboram as contribuições de Dutra (2017), Super (1990) e Savickas (2013), ao evidenciarem a importância do autoconhecimento, da adaptabilidade e da construção contínua da carreira. **Conclusões**: A intervenção contribuiu para a reflexão dos colaboradores acerca de suas trajetórias profissionais, favorecendo a identificação de dificuldades e a definição de objetivos de carreira. Além disso, destacou a importância do desenvolvimento contínuo, especialmente em relação a atitudes e comportamentos no ambiente de trabalho. Dessa forma, reforça-se a relevância de ações de orientação profissional como estratégia para o desenvolvimento individual e organizacional.

Palavras Chave: Carreira; Autoconhecimento; Planejamento; Desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

DUTRA, Joel Souza. **Gestão de pessoas:** modelo, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2017.

SAVICKAS, Mark L. Career construction theory and practice. In: BROWN, S. D.; LENT, R. W. (org.). **Career development and counseling:** putting theory and research to work. 2. ed. Hoboken: Wiley, 2013.

SUPER, Donald E. A life-span, life-space approach to career development. In: BROWN, D.; BROOKS, L. (org.). **Career choice and development**. San Francisco: Jossey-Bass, 1990.

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E OPORTUNIDADES DE CARREIRA NO TERCEIRO SETOR

Profª Lígia Caroline Pereira Pimenta
Ilka Westermeyer Merçon
Josué Barros
Laura Locatel Gomes Silveira
Mainã Duarte Pereira
Thiago Pimentel Medeiros
Centro Universitário Estácio de Vitória

Introdução: O projeto foi desenvolvido em parceria com o Instituto Últimos Refúgios, organização da sociedade civil que atua nas áreas ambiental, social, científica e cultural. A intervenção tem como público voluntários e membros, entre 18 e 75 anos, com diferentes níveis de formação e experiência profissional. Apesar da atuação relevante no Instituto, muitos participantes enfrentam dificuldades relacionadas à orientação profissional, especialmente no planejamento de carreira e na compreensão do terceiro setor como campo de atuação. Além disso, foi identificada a ausência de ações mais estruturadas que favoreçam a percepção e a análise da carreira, como o reconhecimento de competências e interesses profissionais. **Objetivos**: Diante disso, o projeto busca promover um processo de orientação profissional que articule autoconhecimento, projetos de carreira mais coerentes e reconhecimento de possibilidades de atuação alinhadas aos valores individuais e socioambientais. Como objetivos específicos: i) favorecer o autoconhecimento, com a identificação de interesses, habilidades e valores profissionais; ii) apresentar possibilidades de atuação no terceiro setor; iii) estimular a reflexão e o compartilhamento de experiências sobre planejamento de carreira. **Referencial Teórico**: O referencial teórico fundamenta-se nos pressupostos da Orientação Profissional e da Psicologia Existencial-Humanista, que compreende o ser humano como um sujeito em constante construção, capaz de realizar escolhas e direcionar suas ações (Sartre, 1987). Nessa perspectiva, a orientação profissional é entendida como um movimento contínuo, que

articula autoconhecimento e a construção de trajetórias mais autênticas. Portanto, o desenvolvimento ocorre a partir da consciência de si e do exercício da autonomia, favorecendo maior congruência entre quem o indivíduo é e aquilo que realiza (Rogers, 1961). Ainda, Viktor Frankl (2011) destaca o sentido como elemento central na existência humana, sendo também fundamental na relação com o trabalho, contribuindo para maior engajamento, resiliência e satisfação. Além disso, o projeto dialoga com a Teoria da Construção de Carreira de Mark Savickas (2011), que compreende a trajetória profissional como uma narrativa em construção, na qual o indivíduo atribui significado às suas experiências ao longo do tempo. Assim, o trabalho é entendido como uma dimensão central da subjetividade humana, em que o alinhamento entre os valores individuais e a atuação profissional viabiliza trajetórias mais conscientes e dotadas de sentido. **Metodologia**: Trata-se de um projeto extensionista qualitativo, de caráter interventivo, desenvolvido em dois encontros presenciais. O primeiro, envolverá uma palestra sobre a dimensão do trabalho e as transformações atuais, destacando a importância da subjetividade e das competências socioemocionais, seguida de uma dinâmica de autoconhecimento profissional. Como complemento, os participantes responderão ao instrumento Âncoras de Carreira, de Edgar Schein (1996). O segundo encontro ocorrerá em formato de roda de conversa, dedicado à devolutiva das ações anteriores, partilha de experiências e construção de reflexões sobre carreira e possibilidades de atuação no terceiro setor. Ao final, será conduzida uma avaliação, por meio de perguntas abertas e formulário eletrônico, a fim de diagnosticar a relevância da intervenção. **Resultados e Discussão**: Atualmente, o projeto encontra-se em fase de execução, tendo sido realizada uma reunião inicial com os gestores do Instituto, para diagnosticar as reais necessidades e identificar as motivações institucionais para a continuidade das ações. No entanto, para o avanço das próximas etapas, aguarda-se a definição das datas. **Conclusões:** À luz da abordagem existencial-humanista, destaca-se a importância do autoconhecimento, da autonomia e da busca por sentido na construção da vida profissional. Nesse cenário, a orientação profissional atua como um dispositivo

potencializador que fortalece percursos coerentes e uma atuação mais crítica, consciente e comprometida.

Palavras-chave: orientação profissional; terceiro setor; autoconhecimento; carreira

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARL. R. **Tornar-se Pessoa.** São Paulo: Martins Fontes, 1961.

FRANKL, V. E. **Logoterapia e análise existencial:** textos selecionados. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SARTRE. J. P. **O existencialismo é um humanismo**. 3. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SAVICKAS, M. L. **Career Counseling.** Washington, DC: American Psychological Association, 2011.

SCHEIN, Edgar H. **Identidade de carreira:** a dinâmica da seleção e do ajuste entre indivíduos e organizações. Tradução de Auneir P. Carneiro. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

ESPORTE COMO DIREITO SOCIAL: INCLUSÃO E RESPEITO À DIVERSIDADE

Profª Sátina Priscila Marcondes Pimenta
Antônio Marques Costa
Estêvão Cardoso da Silva Alves
Kauan Oliveira Simone Zani Assis
Thiago Pimentel Medeiros
Centro Universitário Estácio de Vitória

Introdução: A Psicologia do Esporte é uma área de atuação fundamental que compreende a prática esportiva como um ambiente privilegiado para o desenvolvimento infantil. Apesar do potencial inclusivo do esporte, práticas excludentes ainda dificultam o acesso de algumas crianças, perpetuando processos de exclusão e desigualdade, o que contraria as premissas dos Direitos Humanos e da atuação ética em Psicologia. A escassez de debates mais direcionados sobre respeito à diversidade no esporte de base pode perpetuar comportamentos discriminatórios, bullying e isolamento, prejudicando o desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes. Dessa forma, torna-se necessária a implementação de intervenções que promovam a reflexão crítica e o respeito à diversidade, fortalecendo a dimensão social do esporte. Nesse contexto, o presente projeto foi desenvolvido em colaboração com o projeto social Basquete na Praça 3X3 CASÉ10, uma organização sem fins lucrativos que atua de modo a promover o desenvolvimento físico, social e esportivo de jovens. A intervenção proposta é direcionada a crianças e adolescentes com idades entre 6 e 15 anos, participantes do referido projeto social. **Objetivos**: Diante do exposto, a proposta busca informar e conscientizar os participantes sobre a importância da inclusão, da empatia e do respeito à diversidade no esporte e na vida cotidiana. Mais especificamente, busca promover uma experiência esportiva prática e uma roda de discussão para estimular o respeito à diversidade e a cooperação, tendo como cerne o esporte enquanto

direito social de todas as pessoas. **Referencial Teórico**: Amparadas pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as crianças no Brasil têm direito ao acesso à educação, cultura, lazer e esporte. Essas áreas são necessidades fundamentais e direitos universais de toda a população infantojuvenil. No contexto esportivo, a democratização do acesso deve transcender a exigência de aptidões ou talentos específicos (Silva, 2007). Conforme expõe Parlebas (1988), o esporte é um fenômeno neutro, cujos impactos dependem diretamente de como o abordamos e o aplicamos. Tal premissa destaca que a prática esportiva possui o potencial de gerar tanto a promoção da integração social quanto o reforço de processos de exclusão. Portanto, a prática esportiva, quando conduzida de maneira adequada, potencializa o desenvolvimento de competências como a autonomia, a regulação emocional e as habilidades interpessoais, sendo um elemento valioso na formação da personalidade (Weinberg; Gould, 2007). O esporte vai além dos resultados esportivos, devendo ser reconhecido como um direito social e um instrumento de promoção da cidadania, do bem-estar psíquico e do desenvolvimento humano. **Metodologia**: Trata-se de uma ação extensionista qualitativa com foco em intervenção prática, que ocorreu por meio de um encontro presencial único, dividido em três etapas. A primeira, consistiu em uma introdução sobre a intervenção e um alongamento “quebra-gelo”. Na sequência, foi conduzida a atividade “arremesso sentado”, uma dinâmica adaptada para simular a experiência motora de praticantes de basquete em cadeira de rodas. Após a dinâmica, ocorreu uma roda de conversa, onde as crianças compartilharam seus comentários sobre a dinâmica, associando a experiência que tiveram com a realidade de pessoas com deficiência. Na sequência, o grupo promoveu um espaço de diálogo focado nos benefícios do esporte, reafirmando-o como um direito humano e social universal. Durante a atividade, discutiu-se a importância da inclusão e da diversidade, estimulando uma reflexão coletiva sobre a necessidade da democratização do acesso às práticas esportivas para todas as pessoas, independentemente de suas condições ou aptidões. **Resultados e Discussão**: A dinâmica “arremesso sentado” obteve forte engajamento dos jovens e serviu de base de reflexão para a etapa seguinte.

Na roda de conversa, foram feitas perguntas abertas que avaliaram melhor a compreensão sobre o tema proposto e o impacto da intervenção. Observou-se uma participação ativa dos jovens, que verbalizaram suas percepções físicas e os obstáculos vivenciados na dinâmica, correlacionando-os com a realidade e as barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência no esporte e na sociedade e refletindo que, com apoio, oportunidades e paciência, pessoas com limitações ou deficiências são capazes de praticar esportes e serem incluídas em contextos esportivos. A atividade evidenciou que a experimentação prática, associada ao diálogo e à reflexão crítica, configura-se como um recurso fundamental para a desconstrução de estigmas e de práticas excludentes. **Conclusões:** A intervenção atingiu de forma satisfatória os objetivos propostos, ao promover um espaço de vivência, reflexão e diálogo sobre inclusão, direitos sociais e diversidade no esporte. Por fim, conclui-se que a interface entre a Psicologia do Esporte e os projetos sociais desempenha um papel indispensável para a democratização do acesso às práticas esportivas, consolidando o esporte como um direito humano fundamental e indispensável para a cidadania.

Palavras-chave: psicologia do esporte; direitos humanos; inclusão; diversidade

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PARLEBAS, P. **Elementos de sociologia del esporte.** Málaga: Colection Uniesport, 1988.

RUBIO, K. (Org.). **Psicologia do esporte aplicada**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

SILVA, F. S. **Um jeito novo de jogar na medida:** o futebol libertário. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

WEINBERG, R. S.; GOULD, D. **Foundations of sport and exercise psychology.** Champaign: Human Kinetics, 2007.

TRABALHO, SIGNIFICADO E POSSIBILIDADES:

UMA INTERVENÇÃO COM ESTUDANTES DA EJA À LUZ DA PSICOLOGIA DO TRABALHAR

Profª Lígia Caroline Pereira Pimenta
Daiane Mendes dos Santos
Isabela de Souza Lima
Isabelle Cristie Freire de Souza
Nicolle Oliveira Wassem
Thais Penha Rodrigues Oliveira Nascimento
Centro Universitário Estácio de Vitória

A orientação profissional é uma prática tradicional, cujo foco recai majoritariamente sobre o direcionamento de carreira de jovens que ainda vão ingressar no mundo do trabalho, avaliando seus interesses, aptidões e escolhas individuais, partindo da premissa de que as pessoas têm liberdade plena para definir seu futuro profissional (Pires et al., 2020; Blustein, 2006). No entanto, essa visão não considera que, para grande parte da população, as trajetórias são fortemente atravessadas por condições sociais, econômicas e culturais (Pires et al., 2020), de modo que a escolha não é autônoma, mas sim imposta. No cenário atual de desigualdades acentuadas, precarização do trabalho e barreiras de acesso à educação, torna-se urgente repensar as práticas de orientação profissional, especialmente para públicos em vulnerabilidade social. Para grande parte desse público, o trabalho não se configura como um projeto de carreira a ser construído, mas como uma necessidade imediata de sobrevivência e sustento. Portanto, o presente projeto se distanciou da visão tradicional de “Orientação Profissional” frequentemente limitada a testes vocacionais e rótulos de carreira, para focar no fortalecimento da agência pessoal do indivíduo. Diante disso, o trabalho foi desenvolvido junto aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Escola Estadual Elza Lemos Andreatta, em Vitória/ES. O objetivo principal foi validar os caminhos e competências já adquiridos pelos estudantes nas suas experiências profissionais anteriores, muitas vezes invisíveis. Buscou-se, assim, estimular a construção de projetos de vida que visassem à melhoria das condições atuais de trabalho e ao acesso a novas oportunidades de qualificação, garantindo que

o planejamento de futuro fosse pautado na dignidade, na autonomia e no reconhecimento da realidade social dos participantes. Para fundamentar essa prática, utilizou-se a Teoria da Psicologia do Trabalhar (TPT), desenvolvida por David Blustein (2006), que compreende o trabalho por meio de suas funções de sobrevivência, conexão social e autodeterminação. Essa abordagem se mostra especialmente pertinente justamente pela sua capacidade de incluir realidades marcadas pela vulnerabilidade social. A teoria reconhece que nem todos têm as mesmas condições de escolha, pois muitos veem suas possibilidades limitadas por fatores estruturais que moldam tanto o desenvolvimento profissional quanto o pessoal (Blustein, 2006). Complementarmente, utilizou-se a Teoria da Construção de Carreira de Mark Savickas (2023) e o conceito de Autoeficácia de Bandura (1997), conforme sistematizado por Ambiel (2014), para fortalecer a adaptabilidade e a crença do aluno em sua capacidade de agir. Além disso, a perspectiva de Holland (1997, apud Ambiel, 2014) auxiliou na identificação de interesses para promover maior sentido e dignidade ao trabalho atual e futuro. Nesse contexto, o presente projeto teve caráter qualitativo, quantitativo, participativo e dialógico, consistindo em uma intervenção direta e psicossocial situada nas trajetórias dos estudantes. O primeiro encontro consistiu na apresentação lúdica da proposta e no levantamento de demandas via formulário e pela técnica “Árvore das Habilidades”. Os dados coletados fundamentaram o planejamento das intervenções seguintes, garantindo o alinhamento com a realidade do grupo. Portanto, esperava-se com este projeto que os alunos conseguissem reconhecer suas experiências informais e saberes práticos como competências legítimas, ampliando sua visão sobre possibilidades de atuação e de valorização de sua força de trabalho. Dessa forma, buscava-se que se sentissem mais confiantes em relação ao futuro, fosse na busca por novas oportunidades ou no aprimoramento de suas atividades atuais. Assim, o projeto apontou para a importância de ampliar as práticas de orientação profissional de modo mais inclusivo e contextualizado. Ao trabalhar com estudantes da EJA, a proposta valorizou as trajetórias de vida marcadas por interrupções e desigualdades, em vez de partir apenas de escolhas individuais. Almejou-se que os participantes ampliassem sua visão sobre o mundo do trabalho e

reconhecessem caminhos de valorização de seus saberes. O projeto buscou fortalecer o protagonismo e a construção de percursos profissionais realistas, alinhados à dignidade e às condições de vida de cada estudante, proporcionando maior sentido às suas trajetórias.

Palavras-chave: orientação profissional; educação de jovens e adultos (EJA); psicologia do trabalhar; adaptabilidade de carreira; vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBIEL, R. A. M. Adaptabilidade de carreira: uma abordagem histórica de conceitos, modelos e teorias. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 15, n. 1, p. 15-24, 2014.

BANDURA, A. **Self-efficacy**: The exercise of control. New York: Freeman, 1997.

BLUSTEIN, D. L. **The psychology of working:** A new perspective for career development, counseling, and public policy. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2006.

SAVICKAS, M. L. The theory and practice of career construction. In: BROWN, S. D.; LENT, R. W. (Eds.). **Career development and counseling**: Putting theory and research to work. Hoboken: John Wiley & Sons, 2005. p. 42–70.

ENTRE VOZES E CONTEXTOS: ESCUTA E PRÁTICA INSTITUCIONAL ENTRE ALUNOS E PROFESSORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Profª Sátina Priscila Marcondes Pimenta
Emilly de Jesus dos Santos
Felipe de Souza Viana Lourenço
Rebeca Trancoso de Oliveira
Vitória Domingos Cruz
Centro Universitário Estácio de Vitória

A discussão sobre “viver bem de verdade” no contexto escolar exige compreender a escola como um espaço histórico-social de produção de subjetividades. A saúde deve ser entendida para além da ausência de adoecimento, relacionando-se às condições de participação, pertencimento e reconhecimento. Observa-se, contudo, a persistência de práticas patologizantes que individualizam dificuldades de aprendizagem e comportamento, reforçando a medicalização da educação. Essa lógica desloca para o aluno questões produzidas nas relações institucionais. Segundo Patto (1984), o fracasso escolar é produto de relações sociais complexas. Em contraposição, este trabalho propõe uma abordagem baseada na escuta e corresponsabilização, promovendo práticas coletivas e fundamentadas nos direitos humanos no cotidiano escolar. Nosso objetivo é criar espaços de escuta qualificada que favoreçam a expressão de alunos e professores. Busca-se coletivizar demandas, ampliar a compreensão das dificuldades e estimular a reflexão crítica sobre práticas que geram estigmas. Pretende-se, ainda, fortalecer estratégias coletivas de convivência e reduzir práticas patologizantes. Articula-se com as Referências Técnicas do CREPOP (2019), que defendem atuação voltada ao coletivo e ao contexto institucional. A crítica de Patto (1984) à culpabilização do aluno é central, enquanto Vygotsky (2000) fundamenta o desenvolvimento como processo social mediado. Os dispositivos de escuta funcionam como mediadores de sentidos. Dialoga-se ainda com Martín-Baró (1998), enfatizando o compromisso social da

Psicologia, e com Skinner (2003), considerando a influência do ambiente sob uma perspectiva institucional. A metodologia caracteriza-se como qualitativa e participativa, estruturada em processos articulados de escuta. Inicialmente, realiza-se uma dinâmica com os estudantes envolvendo trocas em duplas sobre experiências de respeito, seguida da construção de um “mapa coletivo”, no qual registram, de forma anônima, atitudes que favorecem ou dificultam a convivência na turma. Como estratégia complementar, utilizam-se urnas para o depósito de registros escritos anônimos com percepções e vivências sobre o cotidiano escolar e a relação com os docentes, favorecendo a emergência de conteúdos silenciados. Adicionalmente, será disponibilizada uma caixa com a pergunta norteadora “o que seria a escola ideal para vocês?”, permitindo a livre expressão de expectativas, desejos e críticas dos estudantes em relação ao ambiente escolar. Em um segundo momento, a intervenção se volta aos professores, incorporando os registros produzidos pelos alunos como disparadores de reflexão, promovendo uma escuta qualificada e a construção coletiva de estratégias pedagógicas mais inclusivas. Prevê-se o fortalecimento da segurança dos estudantes e a redução da inibição por meio do anonimato. Espera-se o aumento da consciência coletiva acerca das dinâmicas relacionais da turma. Para os professores, projeta-se a ampliação do olhar sobre as demandas dos alunos e o fortalecimento de práticas mais empáticas. Em nível institucional, busca-se contribuir para a melhoria das relações escolares e a prevenção de fenômenos como ansiedade e bullying. Consideram-se limites como possíveis resistências dos participantes e o caráter pontual da intervenção. Conclui-se que a atuação do psicólogo na educação básica deve ser ética, coletiva e contextualizada, afastando-se de práticas individualizantes. A escuta qualificada mostra-se um recurso fundamental para promover direitos humanos e contribuir para a transformação das relações escolares, favorecendo a construção de um ambiente mais inclusivo.

Palavras-chave: psicologia escolar; escuta qualificada; direitos humanos; educação básica; práticas coletivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Bás**ica. 2. ed. Brasília: CFP/CREPOP, 2019.

MARTÍN-BARÓ, I. **Psicologia da Libertação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.

SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ENTRE VOZES E CONTEXTOS: ESCUTA E PRÁTICA INSTITUCIONAL ENTRE ALUNOS E PROFESSORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Profª Sátina Priscila Marcondes Pimenta
Emilly de Jesus dos Santos
Felipe de Souza Viana Lourenço
Rebeca Trancoso de Oliveira
Vitória Domingos Cruz
Centro Universitário Estácio de Vitória

A discussão sobre “viver bem de verdade” no contexto escolar exige compreender a escola como um espaço histórico-social de produção de subjetividades. A saúde deve ser entendida para além da ausência de adoecimento, relacionando-se às condições de participação, pertencimento e reconhecimento. Observa-se, contudo, a persistência de práticas patologizantes que individualizam dificuldades de aprendizagem e comportamento, reforçando a medicalização da educação. Essa lógica desloca para o aluno questões produzidas nas relações institucionais. Segundo Patto (1984), o fracasso escolar é produto de relações sociais complexas. Em contraposição, este trabalho propõe uma abordagem baseada na escuta e corresponsabilização, promovendo práticas coletivas e fundamentadas nos direitos humanos no cotidiano escolar. Nosso objetivo é criar espaços de escuta qualificada que favoreçam a expressão de alunos e professores. Busca-se coletivizar demandas, ampliar a compreensão das dificuldades e estimular a reflexão crítica sobre práticas que geram estigmas. Pretende-se, ainda, fortalecer estratégias coletivas de convivência e reduzir práticas patologizantes. Articula-se com as Referências Técnicas do CREPOP (2019), que defendem atuação voltada ao coletivo e ao contexto institucional. A crítica de Patto (1984) à culpabilização do aluno é central, enquanto Vygotsky (2000) fundamenta o desenvolvimento como processo social mediado. Os dispositivos de escuta funcionam como mediadores de sentidos. Dialoga-se ainda com Martín-Baró (1998), enfatizando o compromisso social da

Psicologia, e com Skinner (2003), considerando a influência do ambiente sob uma perspectiva institucional. A metodologia caracteriza-se como qualitativa e participativa, estruturada em processos articulados de escuta. Inicialmente, realiza-se uma dinâmica com os estudantes envolvendo trocas em duplas sobre experiências de respeito, seguida da construção de um “mapa coletivo”, no qual registram, de forma anônima, atitudes que favorecem ou dificultam a convivência na turma. Como estratégia complementar, utilizam-se urnas para o depósito de registros escritos anônimos com percepções e vivências sobre o cotidiano escolar e a relação com os docentes, favorecendo a emergência de conteúdos silenciados. Adicionalmente, será disponibilizada uma caixa com a pergunta norteadora “o que seria a escola ideal para vocês?”, permitindo a livre expressão de expectativas, desejos e críticas dos estudantes em relação ao ambiente escolar. Em um segundo momento, a intervenção se volta aos professores, incorporando os registros produzidos pelos alunos como disparadores de reflexão, promovendo uma escuta qualificada e a construção coletiva de estratégias pedagógicas mais inclusivas. Prevê-se o fortalecimento da segurança dos estudantes e a redução da inibição por meio do anonimato. Espera-se o aumento da consciência coletiva acerca das dinâmicas relacionais da turma. Para os professores, projeta-se a ampliação do olhar sobre as demandas dos alunos e o fortalecimento de práticas mais empáticas. Em nível institucional, busca-se contribuir para a melhoria das relações escolares e a prevenção de fenômenos como ansiedade e bullying. Consideram-se limites como possíveis resistências dos participantes e o caráter pontual da intervenção. Conclui-se que a atuação do psicólogo na educação básica deve ser ética, coletiva e contextualizada, afastando-se de práticas individualizantes. A escuta qualificada mostra-se um recurso fundamental para promover direitos humanos e contribuir para a transformação das relações escolares, favorecendo a construção de um ambiente mais inclusivo.

Palavras-chave: psicologia escolar; escuta qualificada; direitos humanos; educação básica; práticas coletivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica**. 2. ed. Brasília: CFP/CREPOP, 2019.

MARTÍN-BARÓ, I. **Psicologia da Libertação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984.

SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Profº Alcy Leal Aranha
Luan Henrique Cruz Vieira
Lidiane Soares dos Santos
Breno Oliveira Castro
Larissa Pereira Barbosa
Yule França Santana Novais
Centro Universitário Estácio de Vitória

Introdução: A violência doméstica configura-se como um grave problema social e de saúde pública, afetando milhares de mulheres no Brasil e no mundo. Esse tipo de violência pode manifestar-se de diversas formas, incluindo agressões físicas, psicológicas, sexuais, morais e patrimoniais, causando impactos significativos na saúde física e emocional das vítimas. Muitas dessas situações permanecem invisíveis devido ao medo, à dependência emocional e à falta de informação sobre os meios de denúncia e apoio. Dados da Organização Mundial da Saúde indicam que uma parcela significativa de mulheres já sofreu algum tipo de violência ao longo da vida, o que reforça a necessidade de ações de conscientização e prevenção (OMS, 2021). **Objetivos:** Identificar fatores relacionados à violência doméstica, compreender a realidade vivenciada pelas vítimas e promover a conscientização da população sobre a importância da denúncia e do acolhimento. Além disso, busca-se destacar o papel dos profissionais de enfermagem na identificação de sinais de violência e na orientação adequada às vítimas. **Referencial Teórico:** Baseia-se em estudos que abordam a violência doméstica como um fenômeno complexo e multifatorial, que ocorre, principalmente, no ambiente familiar e nas relações afetivas. Segundo Miura et al. (2018), a violência intrafamiliar está frequentemente associada a relações de poder e controle, sendo praticada, na maioria dos casos, por pessoas próximas à vítima. Além disso, pesquisas apontam que esse tipo de violência pode ocorrer em diferentes fases da vida da mulher, inclusive durante a gestação, trazendo riscos à saúde materna e fetal (Conceição; Coelho; Madeiro, 2021). **Metodologia:** A

metodologia adotada consistiu na realização de uma ação educativa em espaço público, com abordagem direta à população. Foram distribuídos panfletos contendo perguntas reflexivas sobre o tema, com o intuito de estimular o pensamento crítico dos participantes. Após a entrega dos materiais, foram realizadas conversas breves com os indivíduos, proporcionando esclarecimento de dúvidas e orientação sobre os canais de denúncia, como o Disque 180. **Resultados e Discussão:** Os resultados evidenciaram que, embora parte da população reconheça a violência física como forma de agressão, ainda há dificuldade na identificação de outros tipos de violência, como a psicológica e a moral. Durante as abordagens, observou-se que muitos participantes desconheciam os canais de apoio disponíveis ou não sabiam como agir diante de situações de violência. **Conclusões:** Conclui-se que ações de conscientização são fundamentais para o enfrentamento da violência doméstica, destacando-se a importância da atuação dos profissionais de saúde na identificação precoce e no acolhimento das vítimas, contribuindo para a promoção da dignidade e dos direitos humanos.

Palavras-chave: violência doméstica; prevenção; conscientização; saúde pública; enfermagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Lei Maria da Penha. Brasília: Presidência da República, 2006.

CONCEIÇÃO, H. N.; COELHO, S. F.; MADEIRO, A. P. Prevalência e fatores associados à violência por parceiro íntimo na gestação em Caxias, Maranhão, 2019-2020. **Epidemiologia e Serviços de Saúde,** v. 30, n. 2, e2020848, 2021.

MINAYO, M. C. S. **The knowledge challenge**: qualitative health research. 14. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

MIURA, P. O.; SILVA, A. C. S.; PEDROSA, M. M. M. P. et al. Violência doméstica ou violência intrafamiliar: análise dos termos. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, e179670, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Violência contra a mulher**: estimativas globais de prevalência. Genebra: OMS, 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Violence against women**. 2022.

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL COMO ESPAÇO DE AUTOCONHECIMENTO PARA ADOLESCENTES SOCIOEDUCANDOS

Profª Lígia Caroline Pereira Pimenta
Gabriela dos Santos Oliveira
Andreia Floriano Borges
Lérlia Monteiro de Souza Chagas Nobre
Joanita Silva Oliveira
Juliana Cerqueira Siqueira
Centro Universitário Estácio de Vitória

Introdução: O presente estudo teve como objetivo promover um espaço de reflexão acerca da orientação profissional com adolescentes em contexto socioeducativo, incentivando o autoconhecimento e a construção de sentidos sobre o projeto de vida. A pesquisa foi desenvolvida na Unidade de Semiliberdade do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo - IASES, localizada no município da Serra (ES). Nesse contexto, a orientação profissional (OP) não se restringe apenas ao processo de escolha de carreira ou transição profissional, mas amplia-se como um campo facilitador da compreensão de si, suas capacidades e da valorização da autonomia do sujeito em sua trajetória, considerando o contexto social em que está inserido. Fundamentado na Psicologia Humanista, o trabalho baseou-se com ênfase na Abordagem Centrada na Pessoa, proposta por Carl Rogers. **Objetivos:** O presente projeto teve como objetivo geral proporcionar aos adolescentes um espaço de acolhimento e reflexão crítica sobre a construção de seus projetos de vida e orientação profissional. **Referencial teórico:** Sob a perspectiva do desenvolvimento, a adolescência é caracterizada por transformações cognitivas e emocionais, sendo que o córtex pré-frontal se encontra em processo gradual de maturação, podendo limitar processos decisórios mais complexos (Hartley; Somerville, 2015). Considerando o contexto de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, frequentemente repleto de vulnerabilidades sociais, fragilização de

vínculos e restrição de oportunidades, tais limitações podem ser mais acentuadas, dificultando a construção de perspectivas de futuro. A extensão ancora-se na Abordagem Centrada na Pessoa, desenvolvida por Carl Rogers, a qual compreende o indivíduo como capaz de desenvolver suas potencialidades, desde que esteja inserido em um ambiente facilitador (Rogers, 1961). Rogers estabelece que, para o crescimento do cliente, o terapeuta deve oferecer três atitudes facilitadoras fundamentais se fazendo presente de forma genuína, favorecendo que o cliente sinta confiança e segurança para se expressar em um espaço livre de julgamentos (Rogers, 1951). De forma complementar, recorre-se à contribuição das ideias de Abraham Maslow, que concebe o desenvolvimento humano como um processo gradual guiado pela satisfação de necessidades e culminando na autorrealização (Maslow, 1943). Rogers sustentava que, quando esses pilares estão presentes, ocorre a tendência atualizante, entendida como um impulso natural de todo ser humano em direção ao crescimento e desenvolvimento (Rogers, 1961). **Metodologia:** Participaram da atividade, seis adolescentes, com idades entre 13 e 19 anos. As atividades fundamentaram-se nos princípios da Psicologia Humanista, foram realizadas em formato grupal e divididas em três etapas: dinâmica sensorial (doce e azedo) com o intuito de incentivar a reflexão sobre vivências e sentimentos; a atividade de realização pessoal voltada à definição de metas e à construção de perspectivas futuras; e a roda de conversa com o objetivo de promover a troca de experiências e reflexão. Somando a isso, informações sobre oportunidades educacionais e profissionais também foram fornecidas. **Resultados e Discussão:** Os adolescentes participaram ativamente das atividades propostas. A dinâmica sensorial permitiu que expressassem sentimentos através de metáforas: o doce foi associado a memórias familiares positivas, enquanto o azedo remeteu a perdas e afastamentos. A atividade da escada de realização pessoal, incentivou a projeção de metas futuras, como liberdade e profissionalização, promovendo a troca de experiências entre os jovens. A intervenção encerrou-se com uma roda de conversa que permitiu conectar as vivências das dinâmicas anteriores. **Conclusões:** A intervenção atingiu o objetivo proposto ao estabelecer um espaço de acolhimento e escuta qualificada, essencial para o processo de orientação profissional

em contextos de vulnerabilidade. Observou-se que a utilização de dinâmicas lúdicas e a psicoeducação foram eficazes para desmistificar barreiras e ampliar a visão de futuro dos participantes. Reafirmando a importância de oferecer ambientes facilitadores para estimular a autonomia e a construção de projetos de vida dignos, contribuindo para o rompimento de ciclos de exclusão social.

Palavras-chave: Orientação Profissional; Abordagem Centrada na Pessoa; Autoconhecimento; Perspectivas futuras; Medida Socioeducativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HARTLEY, C. A.; SOMERVILLE, L. H. **A neurociência da tomada de decisões na adolescência**, 2015.

ROGERS, C.R. **Terapia centrada no cliente**. São Paulo: Martins Fontes, 1951.

ROGERS, C.R. **Tornar-se pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 1961.

MASLOW, A. H. **Uma teoria da motivação humana**, 1943.

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL EM ADOLESCENTES: UMA INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO AUTOCONHECIMENTO E TOMADA DE DECISÃO

Profª Lígia Caroline Pereira Pimenta
Arthur Leonardo Rosa Rós
Daienny Dutra Rocha
Rebeca Trancoso de Oliveira
Centro Universitário Estácio de Vitória

A adolescência constitui uma fase marcada por intensas transformações biopsicossociais, na qual emergem dúvidas e inseguranças relacionadas ao futuro profissional, especialmente por volta dos 17 anos. Nesse período, muitos jovens enfrentam pressões sociais e familiares para a escolha de uma carreira, frequentemente sem o suporte necessário para refletir sobre seus interesses, habilidades e valores. Diante disso, o presente trabalho partiu do seguinte problema: como promover reflexões significativas acerca da escolha profissional em adolescentes por meio de estratégias acessíveis e participativas? Assim, teve como objetivo estimular o autoconhecimento, a identificação de interesses e habilidades, ampliar o conhecimento sobre possibilidades profissionais, desconstruir crenças limitantes e incentivar a construção de um projeto de vida mais consciente. O referencial teórico compreendeu a orientação profissional como um processo contínuo de construção da identidade e do projeto de vida, não se restringindo a uma decisão pontual. Nessa perspectiva, Bock (2002) discutiu que a escolha profissional foi influenciada pelo contexto social e histórico, sendo construída a partir das relações estabelecidas ao longo da vida do indivíduo. Complementarmente, Soares (2002) abordou a orientação profissional como um processo que favoreceu o autoconhecimento e a reflexão crítica, permitindo ao sujeito compreender suas possibilidades e limitações. Além disso, destacou-se o papel da escola como espaço fundamental para o desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico, contribuindo para a formação integral dos estudantes e para a construção de projetos

de vida mais conscientes. Optou-se por uma intervenção qualitativa realizada com adolescentes do ensino médio, por meio de um vídeo chamada com duração aproximada de 30 a 40 minutos como metodologia. A intervenção foi estruturada em etapas: inicialmente, realizou-se um momento de acolhimento e apresentação, seguido de uma dinâmica de integração. Em seguida, foi aplicada uma atividade de autoconhecimento, na qual os participantes refletiram sobre suas qualidades, dificuldades e interesses. Posteriormente, desenvolveu-se o “Jogo das Escolhas”, com situações-problema envolvendo dilemas profissionais, estimulando a reflexão sobre valores, influências externas e consequências das decisões. Na sequência, foi proposta a atividade “Linha do Tempo do Futuro”, incentivando o planejamento de objetivos a curto e médio prazo. Por fim, realizou-se uma roda de conversa para reflexão sobre a experiência. Os resultados indicam que a intervenção favoreceu maior compreensão dos participantes acerca de si mesmos, especialmente em relação aos seus interesses, habilidades e valores. Observou-se também potencial para ampliação do conhecimento sobre diferentes caminhos profissionais, bem como para a construção de uma visão mais crítica e menos ansiosa acerca da escolha de carreira. As dinâmicas participativas contribuíram para o engajamento dos adolescentes, criando um espaço de escuta, troca de experiências e reflexão. Além disso, a atividade possibilitou a desconstrução de crenças rígidas, como a ideia de que existe apenas uma escolha correta, reforçando a compreensão da carreira como um processo dinâmico. Conclui-se que a orientação profissional desempenha papel fundamental na adolescência, ao contribuir para o desenvolvimento do autoconhecimento e para a construção de escolhas mais conscientes. A intervenção proposta mostrou-se relevante ao proporcionar um espaço de reflexão e diálogo, favorecendo não apenas decisões profissionais, mas também o desenvolvimento pessoal e social dos adolescentes, fortalecendo sua autonomia e protagonismo na construção de seus projetos de vida.

Palavras-chave: orientação profissional; adolescência; autoconhecimento; projeto de vida; escolha profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOCK**,** Ana Mercês Bahia. **A escolha profissional:** uma abordagem sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2002.

SOARES**,** Dulce Helena Penna. **A escolha profissional:** do jovem ao adulto. São Paulo: Summus, 2002.

O CAPS COMO DISPOSITIVO ÉTICO-POLÍTICO: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DE ESTIGMAS EM SAÚDE MENTAL

Profª Sátina Priscila Marcondes Pimenta
Ana Beatriz Wenceslau dos Santos
Cláudia Guedes Tavares Pinto
David Louise Mota
Maria Eduarda Ferreira dos Santos
Maria Luiza Ribeiro dos Santos
Centro Universitário Estácio de Vitória

Historicamente, a loucura foi tratada sob uma lógica de exclusão e isolamento, tendo os manicômios como principal dispositivo de controle social (Foucault, 1972). No Brasil, o processo de Reforma Psiquiátrica, impulsionado pelo Movimento da Luta Antimanicomial, resultou na Lei nº 10.216/2001 e na progressiva substituição do modelo hospitalocêntrico por uma rede de serviços comunitários, entre os quais se faz presente o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Apesar dos avanços, persistem no imaginário social estigmas que ridicularizam o sofrimento psíquico e transformam o CAPS em objeto de piadas, revelando o preconceito enraizado e a necessidade de ações que desmistificam a loucura e promovam o respeito aos direitos humanos. A Psicologia, orientada pelo Código de Ética (CFP, 2005) e pelas Referências Técnicas para atuação no CAPS (Crepop, 2022), tem o dever ético de combater tais discriminações e fortalecer o cuidado em liberdade. O trabalho teve como objetivo realizar uma intervenção psicoeducativa com a finalidade de desmistificar o conceito social de “loucura”, apresentar o CAPS como dispositivo estratégico de atenção psicossocial, problematizar as piadas que banalizam o serviço e reforçar a importância da luta antimanicomial. Buscou também sensibilizar os participantes para uma postura crítica diante do estigma e para o reconhecimento do sofrimento psíquico como questão de saúde pública e de direitos humanos. A

intervenção foi fundamentada nas Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) no CAPS (Crepop, 2022), documento que sistematiza os princípios ético-políticos da atenção psicossocial, cuidado em liberdade, desinstitucionalização, integralidade, participação social e orienta uma clínica ampliada, territorial e interdisciplinar. Foi embasado também na história da loucura e da reforma psiquiátrica (Foucault, 1972; De Rolemberg Figueirêdo; Delevati; Tavares, 2014). A exclusão do louco foi socialmente construída e naturalizada, e na compreensão de que o cuidado deve priorizar a pessoa que sofre e a retomada de seus vínculos, em vez de se fixar unicamente no transtorno (Amarante, 2007). A perspectiva ética da Psicologia, comprometida com a promoção da dignidade, da igualdade e da eliminação de todas as formas de discriminação, também sustentou a ação (CFP, 2005). Este é um relato de intervenção qualitativa e participativa, realizada por meio de palestras dialogadas e da dinâmica Desmistificando a Loucura, adaptada dos materiais do Crepop (2022). As atividades serão desenvolvidas em três contextos, dois destes sendo em escolas, uma com alunos do ensino médio e outra com docentes, além do projeto de plantão de atendimento psicológico do Centro Universitário. A dinâmica consistirá em rodas de conversa que estimulem a reflexão sobre os rótulos atribuídos às pessoas em sofrimento psíquico, a origem histórica do manicômio, a função do CAPS e o impacto das piadas que ridicularizam o serviço. Os participantes serão convidados a questionar suas próprias concepções e a construir coletivamente uma visão mais humanizada e crítica sobre o tema. É esperado que a intervenção revele o desconhecimento ou a visão estereotipada que muitos participantes possuem sobre a loucura e sobre o CAPS, frequentemente associado a periculosidade ou incapacidade. É aparente que as piadas sobre o serviço sejam, em um primeiro momento, naturalizadas e percebidas como inofensivas, até que a problematização evidencie seu caráter excludente e desumanizador. Ao conhecerem o modelo de cuidado ofertado, acolhimento universal, projeto terapêutico singular, trabalho interdisciplinar e articulação em rede, os participantes poderão demonstrar surpresa e reconhecer a importância do serviço. A discussão pretende conectar o estigma às determinações históricas e sociais, corroborando a literatura que aponta a

necessidade de transformar o imaginário social para consolidar a Reforma Psiquiátrica (Amarante, 2007; Crepop, 2022). O diálogo também buscará reforçar o compromisso da Psicologia em não se omitir diante de discursos que perpetuam a exclusão, atuando politicamente na defesa da cidadania das pessoas com transtornos mentais. A proposta de intervenção foi planejada para demonstrar que ações psicoeducativas simples, embasadas nas referências da profissão, podem ser potentes para desconstruir preconceitos e combater a banalização do CAPS e dos serviços de saúde mental. A desmistificação da loucura, aliada à divulgação do modelo psicossocial, deve contribuir para formar futuros psicólogos mais críticos, éticos e implicados na luta antimanicomial. Reafirmando a urgência de que a categoria mantenha uma postura vigilante e politicamente engajada na defesa dos direitos humanos e do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente em tempos de retrocessos que ameaçam a política de saúde mental.

Palavras-chave: saúde mental; centro de atenção psicossocial; ética; preconceito; direitos humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).** 2. ed. rev. Brasília: CFP, 2022.

DE ROLEMBERG FIGUEIRÊDO, Marianna Lima; DELEVATI, Dalnei Minuzzi; TAVARES, Marcelo Góes. Entre loucos e manicômios: história da loucura e a reforma psiquiátrica no Brasil. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-ALAGOAS**, v. 2, n. 2, p. 121-136, 2014.

DO PSICÓLOGO. **Código de Ética Profissional**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília, agosto de, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Historia da loucura na idade classica**.--trad. jose teixeira coelho netto. Perspectiva, 1978.

MOBILIDADE NO TRÂNSITO: PSICOLOGIA, ÉTICA E PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO

Profª Andreia Floriano Borges
Izabel Cristina Antunes de Paula Prates
Luiza Martins Correia
Maria Eduarda Barbosa Braga de Carvalho
Theodoro Fernandes Nogueira
Centro Universitário Estácio de Vitória

Introdução: A mobilidade urbana configura-se, na contemporaneidade, como um dos principais desafios enfrentados pelas grandes cidades, sobretudo em decorrência do crescimento populacional, da expansão territorial desordenada e da intensificação dos fluxos de deslocamento, especialmente em função do crescimento populacional e do aumento significativo da frota de veículos. Nesse contexto, o trânsito passa a ser um espaço complexo, marcado por conflitos, estresse e situações constantes de risco. Problemas como congestionamentos, desrespeito às leis, imprudência e elevados índices de acidentes evidenciam que a questão vai além da infraestrutura, envolvendo diretamente o comportamento humano. A Psicologia contribui para a compreensão dessas atitudes ao analisar fatores emocionais, cognitivos e sociais que influenciam as decisões no trânsito. Paralelamente, a ética orienta condutas responsáveis, baseadas no respeito ao outro e à vida. Diante disso, surge a necessidade de compreender como a Psicologia, aliada à ética, pode contribuir para a construção de um trânsito mais seguro e consciente. **Objetivos:** O presente trabalho tem como objetivo analisar a influência dos fatores psicológicos no comportamento dos indivíduos no trânsito, destacando a importância da ética na promoção de atitudes seguras. Busca-se analisar, sob uma perspectiva teórica e empírica, de que maneira estados emocionais como estresse, ansiedade e impulsividade influenciam os processos de tomada de decisão. Ademais, objetiva-se identificar a ocorrência de comportamentos de risco associados a tais variáveis e

propor estratégias de intervenção fundamentadas que promovam a conscientização e a modificação de atitudes. **Referencial teórico:** A Psicologia do trânsito estuda o comportamento humano no ambiente viário, considerando a interação entre fatores internos e externos. Segundo Rozestraten (1988), o comportamento no trânsito é influenciado por aspectos emocionais e cognitivos que afetam diretamente a tomada de decisão. Hoffmann, Cruz e Alchieri (2003) destacam que atitudes de risco, como agressividade e imprudência, estão frequentemente relacionadas ao estresse cotidiano e à baixa percepção de risco. Vasconcellos (2012) aponta que a mobilidade urbana está diretamente ligada à qualidade de vida, sendo impactada tanto por fatores estruturais quanto comportamentais. Nesse contexto, a ética se apresenta como um elemento fundamental para orientar a convivência social, promovendo o respeito às normas e aos demais indivíduos. Metodologia: Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica em livros, artigos científicos e documentos oficiais relacionados à mobilidade urbana e Psicologia do trânsito. Além disso, foram realizadas observações do cotidiano, permitindo identificar comportamentos frequentes no trânsito, como o uso do celular ao volante, o desrespeito à sinalização e atitudes agressivas entre condutores. Resultados e Discussão: Os resultados indicam que grande parte dos problemas no trânsito está relacionada a comportamentos inadequados dos indivíduos. Observa-se a presença constante de atitudes como excesso de velocidade, imprudência, uso indevido do celular e desrespeito às leis. Esses comportamentos estão frequentemente associados a fatores emocionais, como estresse, pressa e impulsividade. A análise evidencia que a ausência de consciência ética contribui para a manutenção dessas práticas, dificultando a construção de um ambiente mais seguro. Nesse sentido, a Psicologia pode atuar por meio de intervenções educativas, campanhas de conscientização e ações voltadas ao desenvolvimento do autocontrole e da empatia, promovendo mudanças comportamentais significativas. **Conclusões:** Conclui-se que a mobilidade no trânsito é um fenômeno complexo que envolve não apenas aspectos estruturais, mas principalmente comportamentais. A integração entre Psicologia e ética é fundamental

para promover um trânsito mais seguro, consciente e humanizado. Dessa forma, torna-se essencial investir em ações educativas que incentivem o respeito às normas, a responsabilidade individual e a valorização da vida, contribuindo para a redução de acidentes e melhoria da convivência social.

Palavras-chave: mobilidade; trânsito; psicologia; ética; comportamento

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Código de Trânsito Brasileiro**. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

DENATRAN. **Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito**. Brasília, 2010.

HOFFMANN, M. H.; CRUZ, R. M.; ALCHIERI, J. C. **Comportamento humano no trânsito**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

ROZESTRATEN, R. J. A. **Psicologia do trânsito**: conceitos e processos básicos. São Paulo: EPU, 1988.

VASCONCELLOS, E. A. **Mobilidade urbana e cidadania**. Rio de Janeiro: Senac, 2012.

ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NO TRABALHO: INTERVENÇÃO PSICOEDUCATIVA EM UMA FEIRA LIVRE

Profª Sátina Priscila Marcondes Pimenta
Carla Torres Roela
Jacqueline Fonseca Tavares Dambroz
Paola de Souza Pessin
Priscila Krause de Almeida
Vivian Cunha Pires
Centro Universitário Estácio de Vitória

Introdução: O assédio moral e sexual no contexto laboral são fatores que comprometem a qualidade de vida dos trabalhadores e o funcionamento das organizações. Esse cenário aponta para a necessidade de estratégias de prevenção. A psicoeducação, portanto, surge como uma ferramenta ao promover o acesso à informação, a compreensão do fenômeno e o desenvolvimento de estratégias de manejo dessas situações. **Objetivos:** Promover a conscientização sobre assédio moral e sexual no trabalho por meio de intervenção psicoeducativa em contexto comunitário. **Referencial Teórico**: O assédio moral no trabalho é caracterizado por condutas abusivas, podendo ser repetitivas e prolongadas que resultam na degradação das condições de trabalho, na violação da dignidade e no comprometimento da saúde dos trabalhadores. O assédio sexual refere-se a comportamentos de natureza sexual não consentidos, frequentemente associados a relações de poder, coerção e intimidação (Conselho Federal de Psicologia, 2025). Santos (2025) evidencia mais de 419 mil casos de assédio moral e sexual no trabalho julgados entre 2020 e 2023 e cerca de 92% das vítimas sem formalização das denúncias. Esses elementos reforçam o caráter estrutural do fenômeno, evidenciando que o assédio no trabalho está diretamente relacionado a relações de poder, desigualdades sociais e dinâmicas organizacionais que favorecem sua reprodução (Santos, 2025). A psicoeducação destaca-se como uma estratégia relevante nesse campo. Alves et al. (2024) apontam que a psicoeducação pode ser aplicada tanto de

forma individual quanto coletiva, apresentando efeitos positivos na promoção do bem-estar, qualidade de vida e na prevenção de agravos em saúde mental. Ravioli e Borges (2022) compreendem a psicoeducação como uma intervenção que integra conhecimentos psicológicos e pedagógicos, promovendo a participação ativa dos sujeitos, favorecendo a autonomia e a tomada de decisões. **Metodologia:** A intervenção foi realizada em uma feira, por meio de ações de psicoeducação. As atividades incluíram a distribuição de panfletos contendo definições, exemplos e orientações sobre assédio moral e sexual no trabalho, além de abordagens diretas por meio de conversas. **Resultados e Discussões**: A ação possibilitou a disseminação de informações e evidenciou boa receptividade do público. As falas e reações indicam que embora haja reconhecimento do assédio como problema, persistem barreiras para a realização de denúncias e enfrentamentos. As interações favoreceram o esclarecimento de dúvidas e estimularam reflexões. Nesse sentido, a psicoeducação mostrou-se eficaz ao promover conscientização, ampliação da compreensão do fenômeno e o reconhecimento de seus impactos na saúde mental. **Conclusão:** Entende-se que a prevalência do assédio moral e sexual, associada às dificuldades de enfrentamento, reforça a necessidade de estratégias de prevenção que ultrapassem o âmbito institucional e alcancem a sociedade de forma mais ampla. A ação esteve alinhada aos princípios éticos da Psicologia, assegurando respeito à autonomia, não constrangimento e anonimato dos participantes.

Palavras-chave: assédio moral e sexual; trabalho; psicoeducação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Gabriela Costa; PERES, Fabiani Solis; SILVA, Catherine Menegaldi; FRIEDRICH, Juliana de Castro Prado; ZUCCO, João Vitor Galbiati; MACUCH, Regiane da Silva; MILANI, Rute Grossi. Psicoeducação em contextos de saúde mental: uma revisão sistemática. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 577–592, 2024. DOI: 10.25110/arqsaude.v28i1.2024-10906. Disponível em: https://www.revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/10906. Acesso em: 26 abr. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota Técnica nº 14/2025**: Atuação das psicólogas e dos psicólogos na construção de contextos de trabalho livres de assédio moral e sexual. Brasília: CFP, 2025. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2025/04/SEI_CFP-2158949-Nota Tecnica-1.pdf. Acesso em: 26 abr. 2026.

SANTOS, Magno Muniz dos. Assédio Moral no Ambiente de Trabalho no Brasil: Prevalência e Impactos. **Revista Foco**, [S. l.], v. 18, n. 5, 2025. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/8493. Acesso em: 26 abr. 2026.

RAVAIOLI, Martina de Paula Eduardo; BORGES, Lilian Maria. Práticas psicoeducativas: contribuições do psicólogo na atenção primária. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 14, n. 1, p. 185-199, 2022. DOI: https://doi.org/10.20435/pssa.v14i1.1182. Disponível em: https://pssa.ucdb.br/pssa/article/view/1182. Acesso em: 26 abr. 2026.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO COM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

Profª Sátina Priscila Marcondes Pimenta
Daniely Pereira Gularte
Isabelly Bezerra dos Santos
Laura Locatel Gomes Silveira
Marcela Santos de Oliveira Furghier
Centro Universitário Estácio de Vitória

Introdução: a discussão acerca dos direitos sexuais e reprodutivos no contexto escolar configura-se como temática relevante no campo da Psicologia e da educação, especialmente frente às persistentes desigualdades de gênero e às múltiplas formas de violência que atravessam a vivência de adolescentes. Nesse cenário, a escola se apresenta como um espaço estratégico para a promoção de reflexões críticas, bem como para o fortalecimento da autonomia e do protagonismo dos sujeitos. **Objetivos:** o presente trabalho teve como objetivo promover um espaço de diálogo com estudantes do ensino médio sobre direitos sexuais e reprodutivos, buscando estimular a reflexão crítica e a problematização de questões socialmente naturalizadas. **Referencial teórico**: a intervenção fundamentou-se em referenciais da Psicologia Social crítica, articulados aos pressupostos da abordagem humanista, especialmente no que se refere à valorização da experiência subjetiva, da escuta e da construção de vínculos. A escolha pela roda de conversa enquanto dispositivo metodológico dialoga com a perspectiva de educação crítica proposta por Paulo Freire (1996), ao reconhecer os estudantes como sujeitos ativos na construção do conhecimento. Ademais, a postura empática e não julgadora adotada na condução da atividade aproxima-se dos princípios da abordagem centrada na pessoa, conforme proposto por Carl Rogers (1977). **Metodologia:** A intervenção foi realizada no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), campus Vitória, com estudantes do segundo ano do ensino

médio, durante aulas das disciplinas de Filosofia e História. A atividade foi desenvolvida por graduandas em Psicologia, no âmbito da disciplina de Ética e Direitos Humanos. Como estratégia metodológica, optou-se pela realização de uma roda de conversa em formato circular, com o intuito de favorecer a horizontalidade das relações, a escuta qualificada e a participação ativa dos estudantes. A intervenção teve duração aproximada de uma hora e quarenta minutos, sendo iniciada com a apresentação da facilitadora e a introdução da temática por meio de recursos expositivos previamente elaborados. No decorrer da atividade, foram abordados conteúdos relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos, com ênfase nas temáticas de violência contra a mulher e aborto, conforme demandas emergentes do grupo. A condução do encontro priorizou uma postura dialógica e acolhedora, o que possibilitou significativa participação dos estudantes, expressa por meio de questionamentos, posicionamentos e compartilhamento de experiências. Em razão desse elevado engajamento, a dinâmica final inicialmente prevista não foi realizada, sendo a intervenção conduzida de maneira flexível, em consonância com as necessidades do grupo. Como estratégia complementar, foram distribuídos materiais com o objetivo de ampliar o contato dos estudantes com a temática, incluindo recursos informativos e elementos simbólicos relacionados à promoção dos direitos das mulheres. **Resultados e Discussão:** no que se refere aos resultados, observou-se elevado nível de engajamento dos participantes, evidenciando a relevância da temática e a necessidade de espaços institucionais que favoreçam a expressão e o debate. A intervenção contribuiu para a ampliação das discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos, promovendo um ambiente pautado no respeito e na escuta. **Conclusões:** Conclui-se que práticas educativas fundamentadas no diálogo e na problematização crítica são fundamentais para a promoção dos direitos humanos e para o desenvolvimento do pensamento crítico no contexto escolar.

Palavras-chave: direitos sexuais e reprodutivos; educação; psicologia; juventude; direitos humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ROGERS, Carl. **Tornar-se pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL COMO CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

Profª Lígia Caroline Pereira Pimenta
Alessandra Milet de Almeida Mendes
Carlos Eduardo de Novais
Kauan Oliveira
Renan Moreira Dantas
Vivian Cunha Pires
Centro Universitário Estácio de Vitória

Introdução: Historicamente, a participação de pessoas com deficiência na vida social e no mundo do trabalho foi marcada pela exclusão, sob uma perspectiva assistencialista que as concebia como objeto de cuidado e não como sujeitos de direitos. A Lei nº 13.146/2015 ampliou esse marco ao assegurar o direito ao trabalho em condições de igualdade e em ambiente inclusivo (Brasil, 2015). No campo da Orientação Profissional, os estudos voltados a PCDs, especialmente crianças, ainda são incipientes, evidenciando a necessidade de intervenções psicoeducativas desde a infância. Nesse contexto, apresenta-se uma intervenção desenvolvida por alunos de Psicologia do Centro Universitário Estácio de Vitória, em parceria com uma clínica de reabilitação referência no estado, com participação de crianças de 6 a 11 anos, público ainda pouco contemplado em ações voltadas ao desenvolvimento de identidade e exploração de carreira. **Objetivos:** Promover a exploração do mundo profissional, estimulando potencialidades, fortalecendo a autoestima e favorecendo o desenvolvimento de uma identidade inicial voltada à exploração de carreiras. **Referencial Teórico**: Fundamenta-se em estudos sobre OP no Brasil, com foco na ampliação para PCD. Colbalchini et al. (2023) evidenciam a escassez de estudos, sobretudo com crianças. Silva e Casagranda (2025) apontam que a inclusão no trabalho ainda ocorre mais por exigência legal do que por integração efetiva. Ivatiuk e Yoshida (2010) destacam os desafios na transição para o trabalho, reforçando a necessidade de intervenções precoces. **Metodologia**: Trata-se de intervenção com

abordagem vivencial, realizada em encontro presencial, por meio de atividades lúdicas e inclusivas, estruturada em quatro etapas: teatro de fantoches com identificação de profissões; associação entre profissionais e áreas de atuação; identificação de figuras; e pintura, favorecendo expressão e fixação do conteúdo. **Resultados e Discussão:** Observou-se alto engajamento, interesse e interação entre as crianças que, mesmo com limitações, demonstraram reconhecer profissões, expressar preferências e participar ativamente. A vivência possibilitou aos discentes compreender desafios e potencialidades da atuação com esse público, reforçando a relevância de intervenções lúdicas adaptadas. **Conclusões:** Afirma-se que intervenções em OP, quando adequadas à faixa etária e às especificidades do público, contribuem para o desenvolvimento da identidade e da autoestima, favorecendo uma trajetória mais autônoma em relação ao mundo do trabalho.

Palavras-chave: orientação profissional; crianças com deficiência; atividades lúdicas; inclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA GOV. **Brasil tem 545,9 mil trabalhadores com deficiência atuando no mercado de trabalho:** levantamento do eSocial mostra que 93% destes profissionais estão em empresas com mais de 100 empregados. 2024. Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202403/levantamento-do-esocial aponta-545-9-mil-trabalhadores-com-deficiencia-no-mercado-de-trabalho-no brasil. Acesso em: 26 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 abr. 2026.

COLBALCHINI, A.; SULENTA, S.; COLLA, G. M.; HANNAUER FAVRETTO, L. M. A orientação profissional com as pessoas com deficiências: revisão bibliográfica 2015 a 2020. **Apae Ciência**, v. 20, n. 2, p. 52–67, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.29327/216984.20.2-5 Acesso em: 20 abr. 2026.

IVATIUK, A. L.; YOSHIDA, E. M. P. Orientação profissional de pessoas com deficiências: revisão de literatura (2000-2009). **Revista Brasileira de Orientação**

Profissional, v. 11, n. 1, p. 95–106, 2010. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v11n1/v11n1a10.pdf. Acesso em: 20 abr. 2026.

SILVA, Luciane da Cruz Damasceno da; SILVA, Candido da Costa; CASAGRANDA, Yasmin Gomes. Dificuldades no mercado de trabalho para pessoas com deficiência. **Revista Estudos e Pesquisas em Administração**, [S. l.], v. 9, n. 1, 2025. Disponível em: https://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/repad/article/view/17069. Acesso em: 20 abr. 2026.

PROMOÇÃO DO VIVER BEM: AÇÕES PSICOSSOCIAIS E EDUCAÇÃO EM SAÚDE EM CONTEXTOS DE DESASTRES

Profª Ana Carolina Corrêa Rocha
Hamilton Junior Ferreira
Laiany Secchin
Nívea Silva dos Santos
Patrícia Gariglio Daher Raya
Centro Universitário Estácio de Vitória

Introdução: O tema “Viver bem de verdade: saúde, comida e sociedade” compreende que a saúde é um fenômeno social, influenciado por fatores ambientais, econômicos e comunitários. Em contextos de emergências e desastres, esses fatores tornam-se mais evidentes, impactando o bem-estar físico e mental da população e exigindo respostas organizadas da sociedade e dos serviços públicos. De acordo com o Conselho Federal de Psicologia, desastre é caracterizado como uma interrupção significativa no funcionamento de uma comunidade, gerando perdas humanas, materiais e sociais que ultrapassam a capacidade de resposta local (UNDRR, 2004). Nessa perspectiva, os desastres devem ser compreendidos como processos sociais que evidenciam vulnerabilidades e desigualdades na sociedade. Assim, a Psicologia desempenha papel essencial na promoção da saúde mental, na prevenção de agravos e no fortalecimento da resiliência coletiva, contribuindo para ações de cuidado e reconstrução social, favorecendo condições que promovem qualidade de vida e o viver bem em contextos de risco e vulnerabilidade social. **Objetivos**: Objetivo geral: Promover ações educativas e psicossociais voltadas à saúde mental e ao cuidado coletivo em contextos de emergências e desastres, relacionando tais práticas ao conceito ampliado de saúde e qualidade de vida. Objetivos específicos: Compreender os impactos psicossociais dos desastres na saúde e na vida comunitária; Desenvolver estratégias de educação em saúde e prevenção em contextos de risco; Promover a conscientização sobre saúde mental e cuidado coletivo; Divulgar informações científicas e orientações psicossociais por meio de ações extensionistas. **Metodologia**: Trata-se

de um projeto de extensão de caráter educativo, preventivo e comunitário, fundamentado em revisão bibliográfica e em ações de educação em saúde voltadas à população. As atividades foram desenvolvidas por meio de: estudo do documento técnico do Conselho Federal de Psicologia; produção de conteúdos educativos sobre saúde mental e prevenção; divulgação de informações por meio de mídias digitais; ações de conscientização sobre o cuidado psicossocial em situações de crise; A atuação da Psicologia em contextos de desastres deve ocorrer de forma integrada às políticas públicas e aos serviços de saúde, assistência social e educação, evitando ações isoladas e improvisadas (CFP, 2013). **Resultados** (parciais): Os resultados parciais demonstram que as ações extensionistas contribuíram para a disseminação de informações sobre saúde mental, prevenção e enfrentamento de situações adversas. Como estratégia de comunicação e educação em saúde, foi criada a página do projeto na rede social Instagram: @psicologiaereconstrucao. Por meio dessa ferramenta, foram realizadas publicações com conteúdos relacionados a: saúde mental em contextos de crise; estratégias de enfrentamento emocional; prevenção de sofrimento psicológico; fortalecimento da resiliência; orientação psicossocial à comunidade. Essas ações possibilitaram ampliar o acesso da população a informações científicas e orientações práticas sobre cuidado emocional e reconstrução social. Observou-se que o uso das redes sociais favoreceu a disseminação do conhecimento e o fortalecimento da rede de apoio social, contribuindo para a promoção do bem-estar e da saúde mental. De acordo com estudos na área, intervenções psicossociais adequadas podem reduzir o risco de adoecimento mental e fortalecer a capacidade de enfrentamento das comunidades após situações de desastre (Noal et al., 2016 apud Alves; Lacerda; Legal, 2012). Discussão: Os resultados evidenciam que a promoção da saúde mental é um elemento essencial para o viver bem em sociedade, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e ambiental. A literatura aponta que os desastres devem ser compreendidos como fenômenos complexos, que envolvem fatores sociais, econômicos e psicológicos, exigindo ações integradas e contínuas de prevenção, cuidado e reconstrução (Neto; Belo, 2015). Além disso, a atuação da Psicologia deve priorizar o cuidado coletivo, a escuta qualificada e o fortalecimento das redes

comunitárias, contribuindo para a recuperação emocional e social das populações atingidas. Nesse sentido, as ações extensionistas desenvolvidas demonstram que a educação em saúde e a comunicação social são ferramentas importantes para a promoção da saúde mental e para a construção de uma sociedade mais resiliente e preparada para enfrentar situações adversas. Conclusão: Conclui-se que a promoção da saúde mental e do cuidado coletivo é fundamental para garantir condições de vida dignas e saudáveis, especialmente em contextos de emergências e desastres. As ações desenvolvidas no projeto de extensão contribuíram para ampliar o acesso à informação, fortalecer a conscientização sobre saúde mental e incentivar práticas de autocuidado e apoio comunitário. Assim, a Psicologia desempenha papel essencial na construção de estratégias de prevenção, acolhimento e reconstrução social, colaborando para a promoção do bem-estar e para o desenvolvimento de uma sociedade mais saudável, solidária e resiliente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, R. B.; LACERDA, M. C.; LEGAL, E. J. A atuação do psicólogo diante dos desastres naturais: uma revisão. **Psicologia em Estudo**, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na gestão integral de riscos, emergências e desastres**. Brasília: CFP, 2019.

FAVERO, M.; SARRIERA, J.; TRINDADE, Z. **Perspectivas psicológicas e sociológicas sobre desastres**. 2014.

NETO, O. D.; BELO, F. R. R. Psicologia das emergências. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, 2015.

NOAL, D. S. et al. Estratégia de saúde mental e atenção psicossocial para afetados da Boate Kiss. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2016.